

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (IM) URIEL MONTEIRO DE OLIVEIRA

OS ENFRENTAMENTOS ENTRE O HEZBOLLAH E ISRAEL:

Um entendimento Realista dessa interação conflituosa entre 2006 e 2015.

Rio de Janeiro

2017

CC (IM) URIEL MONTEIRO DE OLIVEIRA

OS ENFRENTAMENTOS ENTRE O HEZBOLLAH E ISRAEL:

Um entendimento Realista dessa interação conflituosa entre 2006 e 2015.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF SÉRGIO MACHADO

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2017

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, pela Família e pelas glórias conquistadas até aqui.

Aos meus amados pais Zélio (*in memoriam*) e Elizete, pelos seus exemplos de superação, amor e carinho.

Aos meus amados tios Zuraide (*in memoriam*), Zacharias (*in memoriam*), Zilda, Zuma e Antônia, irmã Zeiler e prima Maria Isabelli, pela sua dedicação e sacrifício, pelo suporte permanente, pelo exemplo e pelos valores morais e espirituais a mim transmitidos.

A Zélia (*in memoriam*), William Sharp e Maria, por terem me confiado a sua joia mais preciosa e pelo apoio sempre constante.

À Dyanne, minha amada esposa e sempre companheira que, em todos os momentos, esteve ao meu lado, incentivando-me e motivando-me com seu amor, carinho e sabedoria.

Aos meus amados filhos Benício e Melina, na ingenuidade de suas infâncias, incentivam-me, com seus sorrisos e abraços, para que eu seja, cada vez mais, uma pessoa melhor e que eu possa dar o melhor de mim sempre.

Ao meu orientador CF Sérgio Machado, pela atenção dedicada, pelas orientações seguras e serenas e pelos conhecimentos transmitidos, os quais foram fundamentais para a elaboração desta dissertação.

Aos amigos da Turma GM Greenhalgh e aos camaradas do nosso C-EMOS 2017, pela honra de ter compartilhado convosco da amizade e pelos bons momentos em que pudemos realizar um proveitoso intercâmbio de conhecimentos.

RESUMO

O propósito da pesquisa é analisar as relações conflituosas entre o Estado de Israel e o grupo libanês Hezbollah, perante as interferências exercidas pela entrada do grupo terrorista Estado Islâmico na guerra civil da Síria, a partir de 2013. Os estudos dos argumentos expostos foram conduzidos na direção de clarificar se Israel e o Hezbollah, a luz da Teoria Realista e do Dilema da Segurança das Relações Internacionais, alteraram suas posturas belicosas por conta do advento daquele grupo terrorista. Para alcançar esse objetivo, realizou-se um estudo comparativo, baseado em pesquisa documental e bibliográfica focado na análise das relações conflituosas entre o Estado de Israel e o grupo libanês Hezbollah, entre 2006 e 2015. O trabalho apoiou-se na aplicação da Teoria Realista das Relações Internacionais com ênfase no Dilema da Segurança e em uma das sete premissas dessa teoria que caracteriza a guerra como instrumento no domínio da política para maximizar as estratégias nacionais de segurança e de sobrevivência. O Dilema da Segurança entende que o homem tem uma propensão à luta e, portanto, armar-se constitui uma solução para prover a sua segurança, embora a outra parte seja levada a fazer o mesmo, gerando um círculo vicioso em busca de proteção. Após inter-relacionar a teoria com os dados e evidências, concluiu-se que o Estado de Israel e o Hezbollah, a luz do Dilema da Segurança da Teoria Realista das RI, não alteraram suas posturas belicosas por conta do ingresso daquele grupo terrorista. Contudo, aduz-se que os dois protagonistas se encontram em um momento de mútua dissuasão, em que ambos estão buscando aumentar o seu poder militar pois, ao que parece, eles encontram-se totalmente inseridos no círculo vicioso de busca de poder.

Palavras-chave: Teoria Realista. Dilema da Segurança. Israel. Hezbollah. Líbano. Palestina. Irã. Síria. Estado Islâmico.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Demarcação da <i>blue line</i> na Área de Operações da UNIFIL	58
Figura 2 -	Escudo israelense de defesa “ <i>Iron Dome</i> ”	59
Gráfico 1 -	Ocorrência de incidentes terroristas no Líbano entre 2011 e 2014.....	60
Figura 3 -	Alcance dos mísseis do Hezbollah.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIA -	Agência Central de Inteligência
EI -	Estado Islâmico
ESL -	Exército Sírio Livre
EUA	Estados Unidos da América
FDI -	Forças de Defesa de Israel
FPLP-CG -	Frente Popular pela Libertação da Palestina – Comando Geral
MNL -	Movimento Nacional Libanês
OLP -	Organização para a Libertação da Palestina
OMPI -	Organização <i>Mujahidin</i> Popular do Irã
ONU -	Organização das Nações Unidas
PSP -	Partido Socialista Progressista
RI	Relações Internacionais
UNIFIL -	<i>United Nations Interim Forces in Lebanon</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	A TEORIA REALISTA E O DILEMA DA SEGURANÇA.....	10
3	A FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL.....	12
3.1	De Canaã a Aelia Capitolina.....	13
3.2	O antissemitismo e o movimento sionista	15
3.3	O mandato britânico na Palestina	16
3.4	A partilha da Palestina	18
3.5	O término do mandato britânico e a declaração de independência de Israel	20
3.6	Considerações parciais.....	22
4	O PARTIDO DE DEUS.....	23
4.1	A guerra civil libanesa	23
4.2	A revolução iraniana	29
4.3	Surge o inimigo de Israel	31
4.4	Considerações parciais.....	34
5	OS ENFRENTAMENTOS ENTRE O <i>HEZZBOLLAH</i> E ISRAEL NA SEGUNDA GUERRA DO LÍBANO.....	36
5.1	A simbiose entre o Hezbollah, o Irã e a Síria	36
5.2	O estabelecimento do conflito	38
5.3	As percepções acerca da Guerra de Julho.....	39
5.4	Considerações parciais.....	41
6	A GUERRA CIVIL NA SÍRIA.....	43
6.1	O início do conflito	43
6.2	A participação do Hezbollah.....	44
6.3	O advento do grupo Estado Islâmico no conflito sírio	45

6.4	As influências do conflito sírio nos embates entre Israel e o Hezbollah	46
6.5	Considerações Parciais	49
7	CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS	53
	ANEXO A	58

1 INTRODUÇÃO

O Oriente Médio tem sido destaque nos noticiários mundiais devido aos inúmeros conflitos armados que essa região do mundo hospeda. Nesse palco de desentendimentos, o Estado de Israel duela há mais de 35 anos com um inimigo não estatal que habita o Líbano: o Hezbollah. Esses dois atores têm protagonizado disputas com um elevado grau de violência que, em certas edições, materializaram-se em guerras, cujos resultados não exprimem claramente os vitoriosos ou os derrotados.

A partir de 2013, essa atmosfera conflituosa foi afetada pelo surgimento do grupo terrorista Estado Islâmico (EI) entremeando-se na guerra civil da Síria, atualmente em curso, e, portanto, atraiu a atenção do grupo libanês que possui relações com o país de Damasco. O presente trabalho propõe-se a analisar como as hostilidades entre o Estado de Israel e o Hezbollah estão sendo conduzidas face o advento do EI. Teriam esses dois protagonistas, a luz da Teoria Realista e do Dilema da Segurança das Relações Internacionais, alterado as suas posturas belicosas por conta de possíveis interferências atinentes ao ingresso daquele grupo terrorista no conflito sírio?

O objetivo deste trabalho é, portanto, analisar as relações conflituosas entre o Estado de Israel e o grupo libanês Hezbollah, entre 2006 e 2015 e responder à questão supracitada.

A relevância do tema estrutura-se no ensejo de contribuir para um entendimento da problemática que aflige israelitas e árabes, pois as convulsões decorrentes de seus enfrentamentos geram reflexos no restante do mundo.

Para chegarmos ao fim proposto, a metodologia utilizada nesta dissertação revestiu-se de um estudo que compara a teoria escolhida com a realidade. Esta, por sua vez, baseada em pesquisa documental e bibliográfica, além dos conhecimentos por mim adquiridos na ocasião em que desempenhei, em 2014, o cargo de Oficial de Informações no Estado-

Maior da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano. Esta pesquisa encontra-se apoiada em um modelo de trabalho científico, aplicando-se a Teoria Realista das Relações Internacionais com ênfase no Dilema da Segurança e em uma das sete premissas dessa teoria que caracteriza a guerra como instrumento no domínio da política para maximizar as estratégias nacionais de segurança e de sobrevivência. O Dilema da Segurança entende que o homem tem uma propensão à luta e, portanto, armar-se constitui uma solução para prover a sua segurança, embora a outra parte seja levada a fazer o mesmo, gerando um círculo vicioso em busca de proteção.

No segundo capítulo abordaremos o alicerce teórico da pesquisa, com a abordagem da Teoria Realista e do Dilema da Segurança das Relações Internacionais.

No terceiro capítulo, de modo a que tenhamos um entendimento acerca da propensão de Israel para a guerra, apresentaremos a constituição desse Estado, desde o seu passado bíblico até o momento da declaração de sua independência.

No quarto capítulo, abordaremos o Hezbollah, demonstrando que as suas bases são conflitantes com as de Israel, seja por questões ideológicas, seja por aspectos decorrentes da influência de suas alianças com o Irã e com a Síria.

No quinto e sexto capítulos, analisaremos os enfrentamentos entre o Estado de Israel e o Hezbollah, ocorridos na segunda guerra do Líbano em 2006, bem como as influências exercidas pela guerra civil na Síria sobre o eixo Irã-Síria-Hezbollah.

No último capítulo, concluiremos este trabalho a partir da análise da questão proposta.

Assim, começaremos este estudo com os entendimentos cabíveis à compreensão da pesquisa, por meio da abordagem da Teoria Realista e do Dilema da Segurança das Relações Internacionais.

2 A TEORIA REALISTA E O DILEMA DA SEGURANÇA

O arcabouço teórico deste trabalho será abordado neste capítulo, pois servirá como referência ao entendimento dos argumentos que serão examinados neste estudo sob a ótica da premissa da Teoria Realista que caracteriza a guerra como instrumento no domínio da política para maximizar as estratégias nacionais de segurança e de sobrevivência, bem como do Dilema da Segurança da Teoria das Relações Internacionais.

Com respeito a essa Teoria, Morgenthau (2003) define que o Realismo considera a imperfeição do mundo como uma resultante da reunião de forças peculiares à natureza humana. Ele ressalta que os constantes conflitos provocados pelos interesses difusos, reinantes no universo, impossibilitam que os princípios morais sejam realizados em sua plenitude, razão pela qual deve ser perseguido, quando possível e de modo temporário, o equilíbrio desses interesses mediante a solução precária de conflitos. Pecequilo (2012) complementa que o Realismo adota o poder e o conflito como elementos basilares e que a natureza do homem é tida como predatória, propensa à conquista e egoísta.

Dentre as sete premissas que regem a Teoria Realista, apontadas por Castro (2012), selecionamos, para fundamentar a nossa análise, a que caracteriza a guerra como instrumento no domínio da política para maximizar as estratégias nacionais de segurança e de sobrevivência, dada a sua identificação com o propósito do nosso estudo. Para entendermos melhor esse conceito, utilizaremos um trecho da obra “O Príncipe”:

Portanto um príncipe não deve ter outro objetivo nem outro pensamento, nem tomar qualquer atitude arbitrária, que não a guerra, com suas disposições e disciplina; pois ela é a única arte que se espera de quem comanda, e é por virtude dela que não só se mantêm os que já nasceram príncipes, mas também, frequentemente, chegam ao poder homens de fortuna pessoal. Ao contrário, vê-se que, quando os príncipes pensaram mais em delicadezas que nas armas, perderam seus Estados; e a primeira causa dessas perdas está em negligenciar essa arte, assim como a razão que leva às conquistas está em ser um mestre nessa arte. Por estar bem armado, Francesco Sforza passou de homem comum a duque de Milão; já seus descendentes, por se esquivarem às dificuldades das armas, passaram de duques a homens comuns (MACHIAVELLI, 2010, p.164).

Percebemos que as palavras de Nicolau Maquiavel traduzem a essência realista do homem, na medida em que ele prioriza e recomenda a utilização da força para a manutenção do poder ou para a sua consecução.

O dilema da segurança caracteriza-se por um dos mais importantes conceitos na escola realista no campo das Relações Internacionais (RI). Esse termo é geralmente usado para denotar o aspecto autodestrutivo da busca de segurança em um sistema anárquico (SNYDER, 1984). Nesse caso, grupos ou indivíduos coexistindo em um sistema internacional tendem a se preocupar com a sua proteção, a partir do momento em que percebem que podem ser atacados, subjugados, dominados ou exterminados por outros indivíduos ou grupos e, portanto, buscam conquistar mais poder. Em contrapartida, seus opositores tornam-se mais inseguros e compelidos a se prepararem para o pior. Dessa forma, como a sensação de segurança plena é praticamente inatingível, gera-se, em ambos os lados, uma disputa por poder, alimentada por meio de um círculo vicioso de acúmulo de segurança (HERZ, 1950).

Snyder (1984) acrescenta que, mesmo quando nenhum Estado tem a vontade de atacar o outro, nenhum deles possui a certeza de que a intenção da outra parte é pacífica, fazendo com que ambos acumulem energias para as suas defesas. Em decorrência disso, esse dilema, segundo O'Connell (1985), materializa-se no desenvolvimento e no aperfeiçoamento de armamentos, sistemas de combate e de tecnologias que conduzam ao emprego do *hard power*¹. A partir daí, é possível que as tensões entre os entes envolvidos se transformem em conflitos, mesmo que de forma indesejada. Portanto, nessa linha de pensamento, em um contexto de crise política, os ataques preventivos podem prevalecer perante as posturas defensivas, a partir do momento em que um dos atores busque combinar a sua superioridade ofensiva com a decisão de realizar o primeiro ataque (POSEN, 1993).

¹ O *hard power* ou “poder duro” corresponde aos recursos de caráter tradicional: dimensões territoriais, posicionamento geográfico, clima, demografia, capacidade industrial instalada, disponibilidade de matérias-primas e *status* militar (PECEQUILO, 2012).

3 A FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

O desejo de se estabelecer um Estado Nacional judaico foi um objetivo perseguido durante milhares de anos pelo povo judeu e cujas circunstâncias históricas lhes obrigaram ao confronto com a comunidade árabe. Tal anseio, atingido nos idos de 1948, provocou uma reviravolta na trajetória da humanidade, pois os seus reflexos são ainda sentidos no século vigente.

Este capítulo descreverá a gênese do Estado Israel, apresentando, primeiramente, os passos dos Patriarcas do povo judeu e os obstáculos enfrentados pelos seus descendentes em meio à fome e aos ataques de civilizações inimigas, que desafiaram a sua existência, obrigando-os a se dispersarem, principalmente, em países do continente europeu. Na segunda seção, será mostrado como o movimento sionista foi importante para projetar os anseios da comunidade judaica junto aos olhos do Reino Unido. Em seguida, será visto como a gestão britânica na Palestina foi favorável aos judeus e elevou as tensões entre estes e a comunidade árabe local. Na quarta seção, poderá ser observado que a Organização das Nações Unidas (ONU) assumirá a questão da partilha da Palestina, em virtude do desinteresse do Reino Unido em dar continuidade ao seu mandato naquela região. Finalmente, será exposto que o povo judeu possuía um plano de expansão territorial que extrapolou os limites concedidos pela ONU, por meio de ações militares devastadoras, culminando na declaração de independência do Estado de Israel.

3.1 De Canaã a Aelia Capitolina

Conforme escrito no livro do Gênesis, após Deus prometer a Abraão² a posse da terra de Canaã a si e aos seus descendentes, ele deixou a cidade de Ur³, na Mesopotâmia, para instalar-se naquela terra prometida por Deus, onde Jacó, seu neto e filho de Isaque, viria a fundar as doze tribos dos judeus que viveriam naquela terra (CHURCHILL R. e CHURCHILL W., 1968). Em decorrência de uma enorme escassez de alimentos, os hebreus, descendentes dos patriarcas⁴, deslocaram-se para o Egito, tendo lá permanecido por quatrocentos anos, até retornarem à Canaã, liderados pelo profeta Moisés⁵ e Josué, em 1.300 a.C. (DEMANT, 2004). Nesse momento, os cananeus e os filisteus⁶ os impediram de se apoderar de sua antiga terra, gerando, assim, uma situação conflituosa na qual nenhum dos povos conseguiu desenvolver uma governança única naquela região da Palestina (SALOMÃO, 2014).

Por volta de 1.000 a.C., Davi conquistou Jerusalém⁷ e seu filho Salomão ergueu um grande Templo, transformando aquela cidade no centro religioso hebraico. Após a morte de Salomão, o seu reino fragmentou-se no Reino de Israel⁸ e no Reino da Judeia⁹. Em 586 a.C., os babilônios invadiram a Judeia e destruíram o Templo sagrado construído por Salomão. A partir de então, os judeus foram exilados até 515 a.C., quando, então o Rei Ciro da Pérsia conquistou a Babilônia e concedeu-lhes o regresso a Jerusalém (MONTEFIORE, 2013).

² A era dos patriarcas não é exata, pois não há evidências textuais ou arqueológicas sobre a sua ocorrência. Estima-se que a mesma tenha ocorrido entre 1.800 e 1700 a.C. (DEMANT, 2004).

³ Atualmente corresponde ao Iraque (MONTEFIORE, 2013).

⁴ Abraão, Isaque e Jacó foram os principais (ISRAEL, 2013).

⁵ Moisés vislumbrou a Terra Prometida mas morreu antes de adentrá-la (MONTEFIORE, 2013).

⁶ Provenientes da ilha de Creta (SALOMÃO, 2014).

⁷ Antes Cananea (SALOMÃO, 2014).

⁸ Abrangendo dez tribos e com a capital em Samaria (SALOMÃO, 2014).

⁹ Abrangendo duas tribos e com a capital em Jerusalém. Os seus habitantes ficaram conhecidos como judeus (SALOMÃO, 2014).

Mais tarde, em 63 a.C., os judeus passaram à dominação romana, sendo que, em 70 d.C., estes revoltaram-se contra seus dominadores. Naquela ocasião, as legiões romanas, comandadas por Tito, saquearam Jerusalém e incendiaram o Templo, obrigando os judeus a se dispersarem pelo mundo. Em que pese a diáspora, uma pequena parcela judaica permaneceu, ao passo que uma nova comunidade, a islâmica, ganhava a predominância naquela região (CHURCHILL R. e CHURCHILL W., 1968).

Posteriormente, um outro levante trouxe um novo conflito àquela localidade. A revolta de Bar Kokhba, ocorrida em 135 d.C., foi sufocada pelo imperador Aelio Adriano que, ao fazê-lo, decidiu eliminar a cultura judaica¹⁰ e rebatizar Jerusalém como Aelia Capitolina, a fim de sedimentar a presença romana (SAND, 2014). Ele também unificou os Reinos da Samaria e da Judeia com a província da Síria, renomeando a região para Província Síria Palestina, e que, mais tarde, assumiu a denominação de Palestina (SHEMER, 2010).

Com isso, os descendentes de Isaque e de Jacó, após sofrerem sucessivos golpes desferidos pelos Babilônios, pela colonização romana, por Tito e Aelio Adriano, sentiram-se forçados, em sua quase totalidade, a emigrar. Inicialmente, essa nova diáspora, segundo Churchill R. e Churchill W. (1968), ocorreu rumo ao sul da Espanha, ao Vale do Ródano, à Itália e à Grécia, tendo os judeus, ao fim da Idade Média, instalado-se em toda a Europa, principalmente, na Alemanha, no Leste Europeu e no Reino Unido.

Dessa forma, a final desta seção, pudemos perceber a identidade milenar e sólida que os judeus estabeleceram com a Palestina. A sua decisão em emigrar garantiu a sua sobrevivência ao longo dos tempos. Contudo, como veremos na próxima seção, tal ato gerou incômodos nos Estados em que os judeus se instalaram.

¹⁰ A prática do judaísmo foi proibida, inclusive a circuncisão (CHURCHILL R. e CHURCHILL W., 1968).

3.2 O antissemitismo e o movimento sionista

Ao se instalarem em outros Estados, os judeus procuraram rapidamente se adaptar aos costumes de cada localidade, contudo mantiveram-se fiéis as suas integridades cultural e religiosa. A sua elevada dedicação foi logo constituindo a sua marca registrada e, portanto, saltando aos olhos de seus anfitriões (SCALERCIO, 2003).

Por outro lado, movimentos desfavoráveis à presença judaica, bem como aos seus costumes, despontavam pela Europa. Entre 1881 e 1884, na Rússia czarista, violentas perseguições¹¹ assolaram os judeus (MONTEFIORE, 2013). Essa onda de terror ocasionou uma emigração em massa desses em direção ao oeste, alcançando países da Europa central e ocidental até mesmo os Estados Unidos da América (EUA). No Reino Unido, esse movimento migratório também foi tido como uma invasão ameaçadora, a ponto de se perceber, em alguns bairros de Londres, atitudes e gestos de antissemitismo (SAND, 2014).

Em um outro episódio, transcorrido em 1894, o Capitão do exército francês Alfred Dreyfus, de origem judia, foi injustamente acusado de traição à Pátria, pois o mesmo havia sido enquadrado como um espião alemão. Esse acontecimento foi acompanhado por Theodor Herzl, um jornalista austríaco judeu, que presenciou manifestações nas quais os franceses gritavam palavras que incitavam atos de violência contra os judeus. Portanto, como Herzl já acompanhava de perto os acontecimentos na Europa, e percebendo que o antissemitismo¹² ganhava força, ele identificou no caso Dreyfus o momento oportuno para arquitetar a política sionista, pois ele concluíra que os judeus somente estariam seguros desde que tivessem a sua própria pátria (ISRAEL, 2004).

¹¹ O Czar Alexandre III, encarava os judeus como um “câncer social” e acreditava que eles estariam envolvidos em um atentado que culminou na morte do seu antecessor, Alexandre II (MONTEFIORE, 2013).

¹² O termo refere-se a várias manifestações de atitudes hostis ou contrárias aos judeus dentro de um amplo espectro (SAND, 2014).

Dando o primeiro passo, Herzl publicou o livreto “O Estado Judeu”. Nesse documento, ele considerou que a problemática do povo judeu era de caráter coletivo e não individual, afirmando que eles poderiam ser aceitos no mundo, desde que organizados, pois as suas reivindicações deveriam ser tratadas no campo das relações internacionais (ISRAEL, 2004).

Com as suas intenções expostas em seu manifesto e diante da problemática populacional gerada na Europa, que afligia as lideranças judaicas europeias, Sand (2014) comenta que a elite judaica do reino Unido promoveu um encontro, em 22 de outubro de 1902, entre Herzl e Joseph Chamberlain, o então secretário colonial do Reino Unido. Nessa reunião, ambos se empenharam em achar uma solução para a causa judaica. Após duas tentativas¹³ sem êxito, um novo encontro entre os dois se deu em abril de 1903, ocasião em que o secretário britânico ofereceu-lhe Uganda – uma colônia britânica que carecia de habitantes. Entretanto, apesar de essa proposta ter recebido a aprovação da comunidade sionista, a mesma não fora levada adiante, haja vista a dificuldade que houve de se encontrar voluntários dispostos a se fixarem em uma região remota, no continente Africano.

3.3 O mandato britânico na Palestina

Conforme demonstrado na seção anterior, Herzl e o movimento sionista conseguiram elevar a discussão da causa judaica a um patamar em que foi possível negociar os seus termos com a grande potência britânica.

Em 1904, com a morte de Herzl, Chaim Weizmann passou a liderar os sionistas, dando seguimento à estratégia de seu antecessor, ao fortalecer as relações com os britânicos, em especial Arthur James Balfour (GATTAZ, 2002). Este, segundo Blainey (2011), no

¹³ Herzl sugeriu a transferência dos judeus, ou para o Chipre, ou para a Península do Sinai, mas seus respectivos britânicos não concordaram em acolhê-los, o que determinou que Chamberlain recusasse tais alternativas (SAND, 2014).

exercício do cargo de Ministro das Relações Exteriores do Reino Unido, num dado momento decisivo da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), quando foi necessário persuadir os judeus russos para que os mesmos envidassem esforços a fim de manter os soviéticos naquele conflito, expediu uma carta ao lorde Lionel Rothschild – um financiador de projetos judaicos na Palestina – que, em seu trecho principal, dizia o seguinte:

O governo de Sua Majestade vê com bons olhos o estabelecimento de uma pátria nacional para o povo judaico na Palestina, e envidará todos os esforços para facilitar a efetivação desse objetivo, ficando claramente entendido que não se fará nada que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes na Palestina, ou os direitos e situação política desfrutados pelos judeus em qualquer outro país (ISRAEL, 1917, tradução nossa).¹⁴

Essa manifestação, conhecida por Declaração Balfour, foi recebida com entusiasmo pelos sionistas que, pela primeira vez, desde a sua última diáspora provocada pela invasão romana, percebiam que o retorno à terra de seus ancestrais estaria prestes a se concretizar.

Em paralelo, com o prenúncio do desfazimento do Império Otomano (1281 – 1924) e, em 1919, após o término da Primeira Guerra Mundial, a conferência de paz de Paris gerou o sistema de mandatos. Mais tarde, em 1920, o Tratado de San Remo criou o mandato britânico sobre a Palestina. Finalmente, em 1922, a Liga das Nações ratificou aquele sistema, ocasião em que também reconheceu os termos da Declaração Balfour.

Percebendo os ventos favoráveis, o povo judeu passou a emigrar de forma mais intensa para a Palestina pois, conforme menciona Gattaz (2002), entre os anos de 1931 e 1935, esse movimento cresceu de forma exponencial, fazendo com que, ao final desse período, a sua população praticamente triplicasse¹⁵.

¹⁴ *His Majesty's Government view with favour the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people, and will use their best endeavours to facilitate the achievement of this object, it being clearly understood that nothing shall be done which may prejudice the civil and religious rights of existing non-Jewish communities in Palestine, or the rights and political status enjoyed by Jews in any other country.*

¹⁵ Entre 1931 e 1935, a população judaica passou de 174.600 para 445.000 judeus (GATTAZ, 2002).

Em contrapartida, os árabes que habitavam a Palestina interpretaram tal movimento como danoso e ameaçador. Nesse escopo, surge a figura de Hajj Amin al-Husseini que liderou, em 1936, uma revolta em oposição às autoridades britânicas e ao povo judeu. Em face desse cenário, o governo britânico viu-se em meio a um impasse perigoso e propôs a partilha da Palestina em um Estado judeu e um outro árabe, o que não foi aceito por ambos os lados. Diante disso, o governo de Londres, incentivado pelo início da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), optou por arrefecer a ideia do lar nacional judaico de Balfour e editou o Livro Branco¹⁶, pois o apoio árabe era necessário para combater a Alemanha de Adolf Hitler (MAGNOLI, 2015).

Perante essa recuada britânica, os judeus que já habitavam a Palestina perceberam que seria necessário buscar a sua permanência por intermédio de ações de repressão armada. Dessa forma, eles decidiram por criar milícias tais como a Haganá¹⁷, a Irgun¹⁸ e a Gangue Stern¹⁹, a fim de exercer pressão sobre as comunidades árabes, em uma tentativa de forçá-los a abandonarem seus lares e, portanto, defender os seus interesses de forma mais assertiva (MAGNOLI, 2015). Portanto, percebe-se que, nesse instante, os judeus passariam a não mais querer negociar a sua permanência na Palestina e sim, impor o seu desejo de construir o seu lar nacional, mesmo que fosse necessário recorrer ao auxílio das armas e da força.

3.4 A partilha da Palestina

Conforme descrito na seção anterior, oscilando entre movimentos favoráveis e desfavoráveis, a população judaica na Palestina foi aumentando de tamanho e, portanto,

¹⁶ Documento que propunha o fim da imigração judaica em cinco anos, limitando a 75 mil o total de imigrantes durante esse tempo; a criação de um Estado binacional para judeus e árabes e a exclusão da Transjordânia da área disponível para ocupação judaica (MAGNOLI, 2015).

¹⁷ A mais importante organização de luta armada dos judeus e embrião das poderosas Forças de Defesa de Israel, chegando a contar com 45 mil militantes (VISACRO, 2009).

¹⁸ Grupo de extrema direita que agia prioritariamente contra alvos britânicos e tinha cerca de três a cinco mil membros (VISACRO, 2009).

¹⁹ Grupo dissidente da Irgun com uma postura anti-imperialista e de esquerda (VISACRO, 2009).

crescendo expressivamente. Gattaz (2002) lembra que a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e a sua decisão de perseguir os judeus aceleraram, sobremaneira, o processo de ocupação judaica da Palestina e contribuíram para o acirramento dos desentendimentos entre árabes e judeus naquela região.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o governo britânico, saturado em meio a tantas dissidências e conflitos, e demonstrando intensão em retirar-se daquela região, transferiu a gerência dessa contenda para a ONU que, em 1947, por meio de sua Assembleia Geral, aprovou a resolução 181, estabelecendo a criação de um Estado judeu ao lado de um outro palestino, sendo que a cidade de Jerusalém ficaria sob um regime especial internacional administrado pela ONU²⁰. Tal documento foi logo ratificado pela comunidade sionista que o recebeu com euforia, ao ver que o sonho de Herzl se concretizara. Já os países árabes, que votaram de forma contrária à partilha, segundo Gattaz (2002), manifestaram que não necessariamente cumpririam a decisão daquela assembleia, uma vez que tal resolução contrariava os princípios de autodeterminação dos povos publicados na Carta das Nações Unidas.

A partilha da Palestina era encarada pelos sionistas como o canal condutor para uma futura expansão judaica por aquele território pois, na realidade, eles intencionavam expandir as suas posses, repelindo as populações árabes fixadas no lado Palestino (GATTAZ, 2002). Corroborando tal perspectiva, Palumbo, em sua obra “A catástrofe Palestina”, reproduziu uma afirmação de Ben Gurion²¹, na qual ele disse:

Eu sou a favor da partilha do país, porque quando nós nos tornarmos uma grande potência, depois do estabelecimento do Estado, iremos abolir a partilha e nos espalhar pela Palestina (PALUMBO²², 1987 apud GATTAZ, 2002, p. 104).

²⁰ *The City of Jerusalem shall be established as a corpus separatum under a special international regime and shall be administered by the United Nations. The Trusteeship Council shall be designated to discharge the responsibilities of the Administering Authority on behalf of the United Nations* (UNITED NATIONS, 1947).

²¹ Nesse momento, havia sucedido Weizmann a frente do movimento sionista (MONTEFIORE, 2013).

²² PALUMBO, Micahel. *The Palestinian catastrophe: the 1948 expulsion of a People from their Homeland*. London: Faber & Faber, 1987.

Essas palavras começaram a tomar forma quando, em maio de 1948, avistando um horizonte caótico e tenebroso, o Reino Unido resolveu anunciar o encerramento de seu mandato, antecipando a sua desmobilização da Palestina. Com o aumento substancial das tensões, os britânicos não conseguiram levar consigo todo o seu material, deixando para trás muitos itens e artefatos de guerra que, conseqüentemente, caíram nas mãos das milícias judaicas. Ao mesmo tempo, a ONU, que deveria assumir o vazio deixado pelos britânicos, não possuía a expertise e a autoridade necessárias a fim de permitir o retorno da estabilidade devida (GATTAZ, 2002). Portanto, tal cenário foi amplamente favorável à fixação de um controle sionista sobre a porção de terra que viria a constituir o Estado judeu.

3.5 O término do mandato britânico e a declaração de independência de Israel

Conforme exposto na seção anterior, a retirada total das forças britânicas permitiu que os grupos armados judaicos intensificassem as suas investidas contra as populações árabes. Nesse sentido, um episódio cruel e emblemático ocorreu na aldeia palestina Der Yassin, na qual centenas de árabes foram exterminados. Esse evento, acontecido na madrugada do dia 9 de abril de 1948, de acordo com Gattaz (2002), revestiu-se de um morticínio cruel, conduzido por membros da Irgun e da Gangue Stern, apoiados pela Haganá, cujo objetivo foi o de espalhar o temor sobre os moradores árabes daquela região, bem como estimular o seu êxodo. Nessa ocasião, 254 árabes foram cruelmente assassinados, dentre os quais, na sua maioria, estavam idosos, mulheres e crianças²³. Após essa barbárie, aqueles que conseguiram sobreviver atuaram como mensageiros da agonia, disseminando²⁴ o ocorrido e, conseqüentemente, o medo e o pânico sobre a comunidade árabe local.

²³ Ocorreram cenas em que mulheres foram estripadas por golpes de baionetas, bem como crianças foram mortas perante seus genitores (GATTAZ, 2002).

²⁴ Uma das formas de transmissão da chacina foi por intermédio de transmissão radiofônica pela *Palestine Broadcasting Corporation* (SCALERCIO, 2003).

Os sionistas; após contarem com o apoio dos EUA, que lhes remeteram recursos arrecadados junto à comunidade judaica daquele país e também contribuíram para o treinamento militar dos membros da Haganá; adquiriram capacidade de combate necessária para progredir sobre territórios que antes haviam sido designados aos árabes pela ONU. Em paralelo, o temor já alastrado fazia com que os habitantes árabes das regiões prestes a serem invadidas fugissem e abandonassem seus lares e propriedades que, então, eram sumariamente destruídos por aqueles invasores.

O avanço judeu logo chegou às cidades de Jerusalém, Haifa e Jaffa que, pela partilha, seria a primeira submetida a uma gestão internacional, enquanto que as duas últimas à gestão dos árabes. Com relação à Haifa, Gattaz (2002) comenta que os sionistas a tinham como meta de conquista, haja vista a mesma conter o mais importante porto palestino, bem como dispor de um terminal de oleodutos. Descreve ainda ele que, nessa cidade, após a sua ocupação pela Haganá, em torno de 80% da sua população árabe, ou seja, quase 40.000 pessoas, largaram para trás seus lares, a fim de migrar para áreas mais seguras. De modo semelhante Jaffa sucumbiu e, a partir dela, mais 70.000 palestinos evadiram-se, totalizando, em maio de 1948, aproximadamente 250.000 refugiados que se deslocaram em direção a outras cidades da Palestina, ou que se instalaram no Líbano, Síria e Transjordânia.

Cientes de que o plano de partilha da ONU havia estabelecido um dia e horário para o fim do mandato britânico, os judeus, segundo Gattaz (2002), trataram de organizar-se a ponto de estabelecerem, ao início do mês de abril de 1948, um governo provisório que ficou a cargo de conduzir uma transição para uma gestão permanente. Posteriormente, na tarde de 14 desse mesmo ano, Ben Gurion, durante uma reunião do Conselho Nacional Judaico, em Telavive, leu a declaração de independência do Estado de Israel. Tal manifestação fora reconhecida prontamente, pelos EUA e pela extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

3.6 Considerações parciais

Conforme pudemos perceber, os interesses imperialistas do Reino Unido o fizeram lançar mão de uma estratégia diplomática que oscilou, ora em favor do lado judeu, ora em favor do árabe. Ao decidir por apoiar definitivamente a causa sionista, aquele grande império desconsiderou a possibilidade de uma reação dos árabes que, nitidamente, expressavam, de forma belicosa, a sua insatisfação. Nesse ínterim, os judeus já se preparavam para uma possível disputa armada contra aquela comunidade, uma vez que as suas forças paramilitares estavam sendo equipadas e treinadas com recursos recebidos das comunidades judaicas localizadas no exterior, em especial, nos EUA.

Posteriormente, quando não lhe era mais conveniente, a grande potência britânica repassou essa problemática às mãos da inexperiente ONU, que decidiu pela partilha da Palestina. Nesse momento, já de posse de sua porção de terra chancelada pelas Nações Unidas, os judeus colocaram em prática o seu intento expansionista, materializando, assim, a vontade de Ben Gurion, que era a de aumentar o espaço vital²⁵ judeu, tão logo fosse oportuno.

Como esse avanço deu-se de forma violenta sobre uma população árabe indefesa e apavorada, que não foi capaz de se contrapor às milícias judaicas, uma enorme quantidade de desvalidos migrou para os Estados vizinhos em busca de guarida. Dentre esses destinos, o Líbano e a Transjordânia figuraram como os principais. Entretanto, conforme será exposto no próximo capítulo, essa massa de deslocados ao se fixar em terras libanesas, contribuirá para a eclosão, no país dos cedros, de um dos conflitos mais marcantes da história contemporânea envolvendo questões religiosas e que vão fomentar uma das bases para o surgimento do Hezbollah.

²⁵ Direito que uma nação possui de ampliar o espaço para o desenvolvimento de sua população, levando em conta todos os recursos naturais e humanos (TOSTA, 1984).

4 O PARTIDO DE DEUS

O *Hizb Allah* ou *Hezbollah*, cujo significado é “o partido de Deus”, trata-se de uma organização xiita libanesa de caráter fundamentalista²⁶, que teve o seu nascimento durante a guerra civil do Líbano (1975 – 1990). Esse grupo sustenta-se em dois pilares fundamentais: a destruição do Estado de Israel e a promoção de uma teocracia libanesa referenciada naquela desenvolvida no Irã (VISACRO, 2009). E tendo como base esse primeiro sustentáculo, que este capítulo será desenvolvido, de modo a buscarmos um entendimento acerca dos fatores determinantes dessa ideia belicosa. Para tanto, buscaremos demonstrar o contexto em que esse grupo foi forjado, abrangendo, primeiramente, os estímulos propagados pela guerra civil libanesa. Em seguida, abordaremos as contribuições da revolução iraniana de 1979 e, finalmente, o trataremos acerca do seu processo de autoafirmação como um movimento organizado e dotado de capacidades para se impor dentro do sistema político libanês, bem como, representar uma ameaça ao Estado de Israel.

4.1 A guerra civil libanesa

Após tornar-se independente da França, em 1943, o Líbano precisou definir os rumos políticos a seguir em meio a uma diversidade de segmentos étnico-religiosos interessados em protagonizar o cenário das decisões políticas daquele Estado ora emancipado. Naquele instante, a sociedade libanesa compunha-se de uma ala cristã formada pelos maronitas, protestantes e gregos-ortodoxos; de um segmento mulçumano abrangendo sunitas, xiitas e drusos; de armênios que seguiam o cristianismo ou o islamismo; e, finalmente, de refugiados palestinos, cuja minoria possuía cidadania libanesa. Estes últimos, desde 1948, conforme demonstrado no capítulo anterior, elegeram as terras libanesas com vistas a seu

²⁶ Ideologia política contrária à modernidade, ao secularismo e à ocidentalização, cujo projeto é converter o indivíduo para que se torne um mulçumano religioso observante (DEMANT, 2004).

abrigo. Eles se fixaram em campos de refugiados palestinos, que foram submetidos ao controle da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), dominada pelo movimento Fatah²⁷ de Yasser Arafat, logo após a Guerra dos Seis Dias²⁸ (1967) e do episódio conhecido por “Setembro Negro”²⁹, em 1970, na Jordânia. Decorrente deste último acontecimento, grupos armados palestinos, inclusive o próprio Yasser Arafat, deslocaram-se rumo ao Sul do Líbano, a fim de realizar suas incursões contra Israel (SCALERCIO, 2003). A partir daí o Estado de Israel percebe que a sua porção norte, adjacente ao país dos cedros, carece de uma atenção crucial à manutenção de sua soberania.

Conforme lembra Daher (2016), o mandato francês no Líbano alinhou-se com os maronitas que gozavam de maiores privilégios e concessões. Os sunitas apareceriam como a segunda maior representação naquele Estado e, portanto, esses dois maiores segmentos decidiram firmar o pacto nacional *mithaq al-watani*, um entendimento não escrito, que instituiu um sistema confessional³⁰. Decorrente desse acordo, os maronitas assumiram a presidência do país dos cedros; o cargo de primeiro ministro foi concedido aos sunitas; enquanto que os mulçumanos xiitas, a terceira maior comunidade, ficaram com o comando do Parlamento libanês.

Esse último segmento, diferentemente dos cristãos e dos sunitas, apresentava, em sua população, indicadores sociais desfavoráveis quando comparados aos dos dois primeiros grupos religiosos. Para se ter uma ideia das disparidades, Daher (2016) lembra que, em 1971, a renda média familiar xiita chegava a ser quase trinta por cento menor do que a média nacional. Ademais, cinquenta por cento dos xiitas encontravam-se sem acesso à educação, enquanto que a média nacional para este indicador era de trinta por cento.

²⁷ Organização militante cujo nome significa “a conquista”, além de representar um acrônimo invertido para “Movimento pela Libertação da Palestina” (VISACRO, 2009).

²⁸ Conflito armado que envolveu Israel, Síria, Egito, Jordânia e Iraque (MAGNOLI, 2015).

²⁹ O rei Hussein da Jordânia, à custa de uma carnificina, salva seu trono, ameaçado pelos combatentes de Yasser Arafat (VISACRO, 2009).

³⁰ Que tem por base a proporção numérica das religiões (LEBANON, 1926).

Atento à situação dos xiitas, Moussa al-Sadr, um iraniano que chegou em terras libanesas, no começo dos anos sessenta, fundou, em 1974, o movimento *Mahrumin*, mais tarde denominado Amal. Deparando-se, então, com uma comunidade que ressentia a sua marginalização social e política, mas que almejava auferir uma melhor posição e representatividade no contexto do cenário libanês, Sadr procurou promover programas sociais destinados a dar suporte à população xiita. Dessa forma, ele conseguiu mobilizar a maior parcela desse segmento³¹, atraindo, inclusive, a atenção daqueles que se encontravam no exterior³², na busca de uma vida próspera (DAHER, 2016).

Os outros elos da sociedade libanesa, embora gozando de melhores condições socioeconômicas, não se encontravam satisfeitos com os termos do pacto nacional supracitado. Daher (2016) lembra que, assim como a comunidade xiita, os sunitas também desejavam aumentar o grau da participação muçumana nas instituições do governo libanês. Os gregos-ortodoxos, embora cristãos, não eram simpáticos aos maronitas, assim como os muçumanos drusos. Com isso, formou-se um clima oposicionista aos maronitas, que, por sua vez, desejavam manter o equilíbrio de forças vigente, mas incomodavam-se com os palestinos, cada vez mais organizados e estabelecidos no Líbano e, na sua visão, prestes a instituir um Estado independente, a partir de terras libanesas, com o esforço principal da OLP.

Esses ares desfavoráveis, associados a uma emboscada mortal promovida por paramilitares libaneses, integrantes da milícia maronita Falange³³, contra um ônibus transportando palestinos, dentre os quais encontravam-se mulheres e crianças, proporcionaram as condições necessárias à eclosão da guerra civil libanesa (DAHER, 2016).

³¹ Camponeses, trabalhadores e classes médias urbanas que experimentaram diretamente a frustração causada pela sub-representação dos xiitas em um sistema político dominado pela burguesia maronita e sunita (DAHER, 2016).

³² Em muitas aldeias xiitas, várias gerações de jovens deixaram o Líbano para encontrar suas fortunas na Costa do Marfim, na Nigéria, no Senegal e em toda a África, bem como na América Latina e nos estados árabes de produção de petróleo do Golfo (NORTON, 2014).

³³ Milícia libanesa maronita (BYMAN, 2011).

Dessa forma, os maronitas formaram a Frente Libanesa – de direita, abarcando, além da Falange, outras milícias maronitas. Do lado contrário, o Movimento Nacional Libanês (MNL), liderado pelo druso Kamal Jumblatt – pertencente ao Partido Socialista Progressista (PSP), congregou paramilitares sunitas, os palestinos da Frente Popular pela Libertação da Palestina – Comando Geral (FPLP-CG) e grupos de esquerda libaneses. Nessa fase inicial, a OLP absteve-se por adentrar o conflito, contudo, as incursões maronitas sobre os campos de refugiados palestinos, que se encontravam sob o domínio da OLP, causaram sua entrada nessa guerra (DAHER, 2016).

Dado ao poder superior da coligação mulçumana e à falta de um comando monolítico sobre as milícias maronitas, a vitória da ala de Jumblatt aparentava amadurecer e, portanto, em 1º de junho de 1976, os sírios, sob a batuta do seu presidente Hafez Assad, decidiram avançar através das fronteiras, a fim de prestar apoio militar aos maronitas, pois temiam que a OLP assumisse uma posição hegemônica no espectro libanês e, portanto, afundasse a esperança de que, num futuro, fosse formada a Grande Síria³⁴ (SCALERCIO, 2003).

A contribuição de Assad serviu para sustentar a permanência maronita na linha de frente. Contudo, Scalercio (2003) comenta que os direitistas perceberam que o seu objetivo principal, a aniquilação da OLP, somente seria factível com um apoio adicional de Israel. Dessa forma, os maronitas Bashir Gemayel e Danny Chamoun, com o intento de expor aos israelenses a sua proposta de destruição da organização de Arafat, viajaram para o país vizinho, a fim de angariar apoio a sua campanha militar. Do lado de Israel, tal proposição, recebida por Shimon Peres, e retransmitida ao primeiro ministro Yitzhak Rabin, foi tida como interessante e oportuna:

³⁴ Região que incluía a Síria, Líbano, Palestina e Transjordânia (GATTAZ, 2002).

O fato de os árabes pedirem ajuda a Israel tratava-se de um belo precedente a ser explorado. Além disso, uma vitória maronita com o suporte israelense permitiria que o governo do Líbano reconhecesse e estabelecesse relações regulares com Israel. Seria o segundo país árabe a fazer isso. O primeiro havia sido o Egito. Finalmente, os maronitas se comprometiam a eliminar a OLP e todos os demais grupos palestinos do Líbano. Destruir a OLP, eliminar suas bases e neutralizar totalmente os ataques que dirigiam contra a região da Galileia a partir do sul do Líbano, sem precisar verter sangue de soldados israelenses, era uma possibilidade apetitosa demais para ser deixada de lado (SCALERCIO, 2003, p. 224).

Eliminar a OLP era o grande objetivo de Israel. Com isso, diante daquela proposta dadivosa, os israelenses ofereceram o seu apoio aos maronitas, por meio do fornecimento de armamento e de munição, bem como de assessoria militar. Dessa forma, os enfrentamentos assumiram um tom de equilíbrio. Todavia, embora a destruição da OLP ainda estivesse distante, Israel vislumbrava, naquele momento, a grande oportunidade de derrotar Arafat (SCALERCIO, 2003).

Ariel Sharon assumiu o Ministério da Defesa de Israel, ciente da proposta maronita, trazendo consigo um plano para eliminar a OLP. Segundo Bregman (apud SCARLECIO, 2003), ele ambicionava invadir o Líbano, a fim de promover a destruição daquela organização e de sua estrutura naquele país, forçando os palestinos a se deslocarem para a Jordânia. Com Arafat fora de cena, seu desejo seria influenciar e moldar a configuração política libanesa conforme os interesses do Estado de Israel. Dessa forma, o país de Telavive não mais teria a sua porção Norte bombardeada pelos palestinos, bem como seriam estabelecidos laços com um segundo Estado árabe. Portanto, em junho de 1982; após um atentado ocorrido em Londres, perpetrado por um grupo palestino contra o embaixador israelense Shlomo Argov; Ariel Sharon encontrou o pretexto para iniciar a tão almejada Operação Paz para a Galileia.

Originalmente, a estratégia de Sharon consistia em avançar em uma faixa de 40 quilômetros a partir do Sul do Líbano, em uma ação rápida. Contudo, o que se viu foi uma campanha que se estendeu por diversos meses e que atingiu a capital Beirute, ou seja, muito além da distância inicial. O motivo dessa extrapolação, segundo Gattaz (2002), residiu no fato

de que a destruição total da OLP só seria concretizada após a expulsão dos seus militantes e da destruição de sua base na capital libanesa. Quando Beirute sucumbiu, Arafat optou por negociar³⁵ a sua retirada e a de seus soldados do Líbano, desde que uma força multinacional fosse incumbida de salvaguardar as vidas das famílias palestinas que lá fossem ficar. Após a concretização do acordo, tropas da França, dos EUA, da Itália e do Reino Unido chegaram à Beirute, de modo a estabelecer a requerida força de paz multinacional. Entretanto, um atentado³⁶ orquestrado pelo Hezbollah provocou uma retirada precoce desses militares (GATTAZ, 2002). Cabe aqui destacar que o grupo libanês, nesse período, segundo Visentini (2014), já atuava contra a ocupação do Líbano pelas Forças de Defesa de Israel (FDI), uma vez que aquele Estado não era capaz de prover a sua própria segurança interna.

Enquanto Arafat, há muito, deixara as terras libanesas, as tropas israelenses permaneciam ocupando Beirute, uma vez que eles receavam que alguns guerrilheiros palestinos haviam se escondido nos campos de refugiados. Nessa ocasião, em uma ação compartilhada entre as tropas de Israel e as forças paramilitares falangistas, ocorreram os cruéis massacres dos acampamentos de refugiados de Sabra e Chatila, onde Gattaz (2002) menciona que, aproximadamente 2.700 palestinos foram mortos, sem que houvesse a distinção entre mulheres, crianças e idosos. Essa foi a gota d'água para a retirada do exército israelense de Beirute, em 1983, que mais tarde, em 1985, passou a se posicionar em uma faixa de segurança de cerca com 30 quilômetros de largura, na extensão da fronteira entre os dois países.

Em outubro de 1989, segundo Hecht e Servent (2015), por intervenção da Arábia Saudita, foi firmado o Acordo de Taif, cujo teor preconizava a extinção das milícias e o posicionamento do exército sírio na planície libanesa do Bekaa, pois, neste último caso,

³⁵ Por créditos do estadunidense Philip Habib, que atuou como mediador, a Síria e a Tunísia aceitaram em receber os guerrilheiros palestinos e soldados do Exército de Libertação da Palestina (GATTAZ, 2002).

³⁶ Ocorrido em outubro de 1983, desferido por um mártir que conduziu e detonou um carro-bomba vitimando 239 militares estadunidenses (VISACRO, 2009).

temia-se que a retirada definitiva das tropas desse país vizinho pudesse reacender os conflitos que ora se atenuavam. Em ato contínuo, em novembro daquele mesmo ano, enviados das milícias libanesas concordaram em selar o “Pacto da coexistência”, o qual decretou o término da guerra civil libanesa, no ano de 1990.

4.2 A revolução iraniana

Por entender que o Irã estivesse flertando com o comunismo, os EUA, no início da Guerra Fria (1947-1991), por meio de sua Agência Central de Inteligência (CIA), influenciaram e promoveram, em 1953, um golpe de Estado que derrubou o primeiro-ministro iraniano Mohamed Mossadegh. Em seu lugar, assumiu o xá Mohamed Reza Pahlevi, que logo instaurou uma ditadura naquele país (VISACRO, 2009).

Pahlevi não conseguiu promover uma distribuição de renda equilibrada, dada a sua alta concentração, nas mãos de uma minoria composta, em sua quase totalidade, de mulçumanos sunitas. No outro lado, a massa desprivilegiada, de maioria xiita, espremia-se nas favelas próximas a Teerã (VISACRO, 2009).

Esse cenário fez com que fosse implementado, nos primeiros anos da década de 1960, um pacote de melhorias que se denominou “Revolução Branca”³⁷. Entretanto, como Demant (2013) menciona, esse processo não atingiu o seu propósito, ao favorecer um número pequeno de aristocratas e burgueses e fazer com que milhões de moradores do campo fossem residir em cortiços, contribuindo para deixar ainda mais descontentes a camada menos favorecida, bem como os intelectuais antiocidentais e nacionalistas.

Visacro (2009) lembra que, na ala dos opositores, surgiu o aiatolá Sayyed Ruhollad Mousavi Khomeini, que presava pela não ocidentalização, ou seja, uma islamização

³⁷ Esse plano objetivava um Estado secular; a reforma agrária e a concessão de maiores direitos às mulheres na busca de sua emancipação (VISACRO, 2009).

do Irã. Como resultado, ele foi exilado, mas não abandonou suas ideias, mesmo estando em outras terras. Em 1965, um grupo de esquerda, formado por estudantes, criou a Organização Mujahidin Popular do Irã (OMPI) que se aliou à OLP, a fim de que esta lhe oferecesse treinamento para seus militantes. Essa organização despertou a atenção da Agência Estatal de Segurança e Informação – Savak – que praticamente desarticulou a OMPI, pois uma de suas atribuições era a repressão violenta daqueles contrários ao regime do xá. Dessa forma, com vistas a sua sobrevivência, os *mujahidin* buscaram o apoio dos marxistas do grupo Fedayin-e-Khalq e, juntos, fizeram da Universidade de Teerã o núcleo da revolução. Então, a partir dali eles se lançaram a ataques que objetivavam demonstrar que o movimento seria resistente aos métodos opressores da Savak.

Com o passar do tempo, a grande massa populacional desvalida, o proletariado urbano e a burguesia iranianos passaram a se coligar a ponto de promoverem mobilizações públicas vultuosas que, quase sempre, encerravam com vítimas e que logo se transformariam em mártires. Como descreve Visacro (2009), em 1978, um ato contrário ao governo mobilizou cerca de cem mil manifestantes em Teerã. Naquele momento, o xá, percebendo que se encontrava em meio a uma situação que lhe fugira ao controle, decidiu abandonar o Irã, e, paralelamente, Khomeini regressava de seu exílio a fim de assumir o poder.

Com Khomeini no comando, foi instituído o Corpo da Guarda Islâmico Revolucionário, cujos integrantes, os *pasdaran*, após terem sido treinados por militantes palestinos, foram encarregados de atuar em nome da revolução, quando da eclosão de uma guerra civil entre os fundamentalistas e os comunistas pois, embora tenham reunido seus esforços para afastarem Pahlevi do poder, eles passaram a divergir por demonstrarem intenções opostas com relação ao rumo a ser tomado por aquela nova gestão (VISACRO, 2009). Com isso, Khomeini fez uso de sua guarda para reprimi-los, guinando então, para um quadro de opressão tão intenso quanto a praticada por seu antecessor e, portanto, inibindo

quaisquer formas de oposição interna. Demant (2013) aduz que, no campo exterior, ele almejava promover uma revolução islâmica mundial, visando desafiar, principalmente, os EUA e Israel, tidos, por ele, como os dois grandes demônios. Ele ainda destaca que o aiatolá entendia que a xaria³⁸ poderia ser aplicada aos muçulmanos independentemente do país em que se encontrem, frisando que as fronteiras entre os países teriam apenas um valor relativo.

De acordo com as considerações de Demant (2013), essa revolução foi aplaudida por intelectuais esquerdistas do ocidente, assim como foi muito bem recebida pelo mundo árabe, uma vez que se constituiu em um acontecimento de cunho antiocidental, capaz de provar a essa comunidade que a mobilização popular coordenada poderia promover alterações profundas nas sociedades.

Dessa forma, podemos notar que o levante iraniano, em muito, poderia inspirar os diversos grupos mulçumanos de resistência espalhados pelo mundo. Para o Irã, ficava aberta a possibilidade de que a sua influência pudesse se expandir regionalmente, bastando que fosse encontrado o melhor mensageiro. Não por acaso, essa revolução tinha atingido o seu propósito enquanto o Hezbollah, poucos anos após, estaria por surgir.

4.3 Surge o inimigo de Israel

Conforme vimos anteriormente, o caos político e social, no qual o Líbano esteve imerso, resultou em descontentamentos e inquietações por parte da comunidade xiita, haja vista as condições desfavoráveis em que a mesma se encontrava. Para agravar, o deslocamento de palestinos em direção ao território libanês, praticamente constituiu-se no ingrediente que faltava para a eclosão da guerra civil iniciada em 1975. Quase que paralelamente, a revolução iraniana, em 1979, mostrou à comunidade xiita que, por meio da

³⁸ Lei sagrada dos mulçumanos (ARMSTRONG, 2009).

luta, seria possível abandonar o *status quo* em prol de maiores e melhores condições sociais, alinhando-se à formação de um Estado regido por preceitos religiosos.

As ondas de violência que assolaram o Sul do Líbano, a partir dos anos 1970, fortaleceram a militância armada da comunidade xiita e propiciaram o crescimento de uma jovem liderança militar que tirou o poder das mãos das milícias regionais do Amal³⁹. A esses fatores, somaram-se três condições que facilitaram a formação do Hezbollah. A primeira, diz respeito à existência de uma atmosfera favorável ao movimento, haja vista que esse grupo se estabeleceu no Vale do Bekaa, com a aquiescência da Síria, e, portanto, afastando-se do Amal, do governo libanês e de Israel. O segundo fator deveu-se à chegada de algumas centenas de integrantes extremistas do Corpo da Guarda Islâmico Revolucionário do Irã, que foram incumbidos de prover apoio ao Hezbollah nos engajamentos com o país de Telavive e disseminar as ideias revolucionárias no seio da população xiita do Bekaa. A última condição deveu-se ao fato da existência de ativistas organizados e de pessoas com consciência política, naquela região do Líbano, dotadas de uma massa crítica favorável àquela causa. Dessa forma, em 1982, o Hezbollah foi fundado sobre uma ideologia religiosa e pan-islâmica⁴⁰, tendo o Irã como patrocinador que, por sua vez, proveu-lhe inspiração, recursos, treinamento, armas, além de um atencioso e estreito acompanhamento nos primeiros anos de sua formação. Em contrapartida, esse grupo libanês assumiu um posicionamento a seu favor e centrado no pensamento de Khomeini (AZANI, 2011).

Como estratégia pétreia, esse movimento buscou expandir a sua influência sobre todos os segmentos da população xiita por meio de propagandas sociais e religiosas, bem como pelo atingimento de benefícios e melhorias em favor de sua comunidade, e por meio do uso da violência, contra seus opositores. Essa preocupação de se conquistar corações e mentes

³⁹ Constituíra, naquele momento, uma força marginal no cenário de poderes no Líbano, focada em defender as comunidades dos movimentos de esquerda e da OLP (AZANI, 2011).

⁴⁰ Doutrina que estabelece a união dos muçulmanos sob a bandeira do islã, utilizando-se dessa religião para neutralizar a ameaça do imperialismo ocidental (ARMSTRONG, 2009).

não poderia ser negligenciada, haja vista a concorrência imposta pelo Amal, que também buscava angariar o respeito e a confiança da população local (VISACRO, 2009).

A partir de então, como lembra Visacro (2009), a atuação desse movimento abarcou o uso de emboscadas e sequestros que logo foram se alastrando por todo o país, chegando a Beirute por meio do atentado de outubro de 1983 desferido por um *shahid*⁴¹ contra os integrantes da força multinacional da ONU, sem mencionar a ação contra uma base israelense na cidade de Tiro, ao Sul do Líbano, que motivou a retração dos militares das FDI da cidade de Beirute a faixa de segurança, abrindo espaço para a expansão das influências do Hezbollah e do Amal naquela porção do país.

Portanto, vislumbrando essa oportunidade, o Hezbollah antecipou-se ao seu rival por meio da criação, entre os anos de 1985 e 1988, de uma entidade denominada Resistência Islâmica, que passou a realizar ações de recrutamento, disseminar a necessidade de luta e de sacrifício e incutir na mente daquela sociedade que a dissuasão promovida por Israel poderia ser contornada, pois os soldados das FDI possuíam vulnerabilidades que poderiam ser atacadas e exploradas. Portanto, gradativamente, o Hezbollah foi conquistando o apoio popular necessário, uma vez que a população passou a temer cada vez menos a oposição de Israel, assim como as famílias passaram a se identificar com a causa e, por conseguinte, a incentivar que seus filhos engajassem na luta daquele partido (AZANI, 2011).

A retirada total das forças militares do país de Telavive, em maio de 2000, representou um momento de glória para o Partido de Deus perante a sua comunidade e ao mundo:

O Partido de Deus alcançou, por meio da guerra irregular, aquilo que nenhum exército nacional ou outra organização militante árabe fora capaz de realizar até então. Pela primeira vez, desde 1948, os árabes conseguiam forçar os israelenses a cederem território – permanecendo a disputa pela região das fazendas de Shebaa, ainda controlada por Israel (VISACRO, 2009, p.183).

⁴¹ Mártir.

Diante de tão importante vitória estratégica, o Hezbollah decidiu encampar uma empreitada ambiciosa a partir de uma reestruturação interna que derivou na criação de um partido político – o *Kult Al-Wafa Lal-mukuma*. Dessa feita, conforme descreve Visacro (2009), o *Hizb Allah* auferiu posições⁴² no parlamento libanês, bem como sagrou-se vitorioso em 60% das eleições municipais no Sul da terra dos cedros. Essa alteração de rumo é tida por Azani (2011) como uma jogada visionária de Sayyed Hassan Nasrallah – então Secretário Geral do Partido de Deus – na busca da obtenção do poder político, o que, na sua leitura, pode vi a permitir, a longo prazo, a obtenção do governo do Líbano.

4.4 Considerações parciais

O Hezbollah encontrou no Líbano um terreno fértil para o seu crescimento e desenvolvimento. Os seus integrantes, de origem xiita, sentiram na pele as desigualdades reinantes no Líbano. O pacto nacional não alterou o *status quo*, ao estratificar o poder nas mãos dos maronitas e dos sunitas e, em contrapartida, prolongar o desgosto e a agonia xiita. Ao mesmo tempo, a invasão palestina no Sul do país dos cedros inquietou tanto os maronitas quanto os xiitas, uma vez que esses deslocados trouxeram consigo a OLP, que esboçava nitidamente interesses territoriais naquele país. Portanto, com a deflagração da guerra civil libanesa, o Estado de Israel, seduzido por seus ideais territorialistas, pela oportunidade de aniquilar a OLP e também por manter uma relação favorável e de privilégios junto aos maronitas libaneses, decidiu por avançar Líbano adentro e, dessa forma, despertou a atenção do Hezbollah, bem como do Irã, seu patrocinador. A partir dali o Partido de Deus, influenciado pelas conquistas da revolução iraniana, que frustraram os interesses da potencia estadunidense no Irã, adotou uma posição mais assertiva, estruturando-se em um movimento centrado na destruição de Israel, em uma melhora nas condições sociais de sua comunidade e

⁴² Oito representantes da *Al-Wafa* foram eleitos para o parlamento após conturbadas eleições (AZANI, 2011).

na concretização de um Estado teocrático. Para tanto, o Partido de Deus resolveu adotar uma postura ofensiva e belicosa na busca de sua autoafirmação dentro do seu cenário de atuação. Como os resultados foram positivos, culminando na retirada total das Forças de Defesa de Israel do território libanês, o *Hizb Allah* percebeu que seus planos haviam tomado forma e que, portanto, o próximo passo seria galgar posições dentro do sistema político libanês, o que não significaria somente poder, mas também liberdade para colocar em prática os seus anseios de tornar o seu braço armado forte o suficiente para destruir o seu maior inimigo declarado – o Estado de Israel.

5 OS ENFRENTAMENTOS ENTRE O *HEZZBOLLAH* E ISRAEL NA SEGUNDA GUERRA DO LÍBANO

A Segunda Guerra no Líbano, ou a Guerra de Julho, teve um caráter de excepcionalidade, uma vez que ela envolveu o Hezbollah, um ator não estatal, contra o Estado de Israel. Ademais, o primeiro protagonista tinha o Líbano como seu anfitrião que, por sua vez, não desconfiava que aquela guerra estaria prestes a explodir, até que os primeiros disparos foram efetuados. Essa surpresa foi minuciosamente construída pelo Hezbollah, desde a retirada total das FDI do território libanês, no ano de 2000, induzindo a entrada de Israel em um conflito sem que houvesse uma previsão e uma preparação específica por aquele Estado (HANNA, 2008).

Neste capítulo, vamos abordar a Guerra de Julho de 2006, focalizando, inicialmente, as interações colaborativas entre o Irã, a Síria e o Hezbollah, que visualizaram, em si, as chances de se projetarem no cenário do Oriente Médio. Em seguida, discorreremos sobre o desenrolar dos enfrentamentos entre o Estado de Israel e o Hezbollah. Por último, apresentaremos algumas interpretações acerca das campanhas militares de ambos os beligerantes, de modo a evidenciarmos os fatores determinantes que não permitiram que uma vitória óbvia de Israel pudesse acontecer.

5.1 A simbiose entre o Hezbollah, o Irã e a Síria

Desde a sua gênese, o Partido de Deus tem assumido papel relevante nos planos de Teerã e de Damasco. Conforme expõe Byman (2011), a rápida ascensão desse grupo libanês deu-se graças aos apoios proporcionados por seus patronos, sendo que o Irã, em especial, também alcançou a posição de seu mentor intelectual e ideológico.

Ao assumir o poder, o aiatolá Khomeini logo tratou de realizar gestões no sentido de exportar a sua revolução para o Líbano, com vistas a influenciar o Hezbollah. Para tanto,

ele enviou, com destino à região libanesa de Baalbek, cerca de 1.500 membros do Corpo da Guarda Revolucionária de seu país, a fim de treinar e doutrinar os soldados do grupo libanês, ensinando-os como realizar infiltrações no território israelense, como conduzir guerras psicológicas, como realizar emboscadas contra as patrulhas de Israel e como operar e posicionar artefatos explosivos ao longo das estradas. Cabe aqui ressaltar que tal ajuda englobou um aporte financeiro mensal entre cinco a dez milhões de dólares, por sucessivos anos. Em retribuição, o Partido de Deus funcionou como um representante dos interesses iranianos aonde quer que estivesse. De modo a exemplificar essa colaboração, durante a guerra entre o Irã e o Iraque (1980 – 1988), membros desse grupo atuaram como um braço avançado de Teerã, quando executaram missões contra alvos iraquianos, por solicitação do Irã, no país dos cedros (BYMAN, 2011).

A Síria, que sempre esteve preocupada com as possíveis influências de Israel sobre o Líbano, teve, no Partido de Deus, o instrumento de pressão contra o governo de Telavive. Nesse caso, atrelada à concepção da Grande Síria, o país de Damasco, sempre que possível, atuou no governo de Beirute com o fito de fazer prevalecer os seus interesses políticos. Como vimos no capítulo anterior, prevendo um fracasso maronita na guerra civil libanesa, a Síria interveio militarmente no Líbano, de modo a prover o apoio necessário a essa ala, tendo lá permanecido estacionada por cerca de trinta anos, até a sua permanência tornar-se insustentável, devido a uma onda de protestos, logo após o assassinato do Primeiro Ministro libanês Rafiq al-Hariri, em fevereiro de 2005, haja vista que as circunstâncias da sua ocorrência apontavam para o envolvimento de grupos pró-Síria, descontentes com a postura daquele chefe de governo que demonstrava desvanecer os laços com a sua vizinha (VISENTINI, 2014).

Portanto, tanto Teerã quanto Damasco perceberam que o Hezbollah seria o condutor ideal de suas políticas e ideologias. Contudo, era necessário que esse protagonista

dispusesse de uma força dissuasória perante Israel. Dessa forma, segundo Ospina e Gray (2014), a Síria, através de sua fronteira com o Líbano, permitiu que o Irã fornecesse armas e equipamentos militares ao Partido de Deus, fechando, assim, um círculo de colaboração mútua entre esses três atores, conferindo ao grupo libanês uma capacidade militar suficiente para resistir ao poder bélico do país de Telavive. Conforme descreve Visacro (2009), o Hezbollah, graças aos seus patrocinadores, armou-se com mísseis balísticos Zelzal, de procedência iraniana, com alcance de até 260 quilômetros, dotados de um sistema de pontaria inercial; mísseis de cruzeiro Noor com capacidade de alvejar embarcações distantes até 120 quilômetros da costa; lançadores múltiplos de foguete Arash de 122 mm; veículos aéreos não tripulados Mohajer, oriundos do Irã; foguetes de médio e de longo alcance; dentre outros.

5.2 O estabelecimento do conflito

Assim, no dia 12 de julho de 2006, integrantes do Hezbollah infiltraram no território israelense e atacaram uma patrulha das FDI daquele país. Durante esse episódio, na tentativa de impedir a sua consumação, oito soldados das FDI foram mortos. A partir dali o governo de Israel, em retaliação, além de aplicar um bloqueio naval⁴³ sobre o país dos cedros, atacou as bases do Partido de Deus localizadas ao sul do Líbano e no bairro de Dahiye⁴⁴ em Beirute, estendendo-se ao aeroporto internacional dessa cidade, por meio de um bombardeio aéreo. Em seguida, combatentes das FDI avançaram sobre território libanês, a partir da sua fronteira Sul (ISRAEL, 2009).

Iniciava-se, então, uma guerra que se estenderia até o dia 14 de agosto de 2006, tendo o Hezbollah lançado mais de quatro mil foguetes e mísseis que atingiram áreas densamente povoadas de Israel, resultando na morte de quarenta e quatro pessoas e cerca de

⁴³ Ação ou efeito de impedir a entrada ou saída de navios de um porto, base ou área confinada pela ameaça de atacá-las com forças navais superiores (BRASIL, 2015).

⁴⁴ Dahiye é a sede do Hezbollah, local onde se situam seus quartéis-generais e seus conselheiros do alto escalão (DAHER, 2016).

seiscentos feridos, sem contar os mais de cento e vinte soldados israelenses que perderam a vida e outros quatrocentos e cinquenta feridos (ISRAEL, 2009).

As FDI, por outro lado, com um efetivo de dez mil soldados, executaram cerca de dezoito mil e oitocentas incursões aéreas, desferiram mais de cento e vinte mil ataques a partir da artilharia de terra e de bombardeios navais, ocasionando sérios danos à infraestrutura do inimigo e gerando mais de seiscentos óbitos do lado oposto (ISRAEL, 2009). Corroborando tais informações, Visacro (2009) lembra que os ataques aéreos e navais bloquearam as principais estradas libanesas e afetaram a sua rede de telecomunicações, registrando um elevado número de civis vitimados, saltando logo aos olhos da opinião pública internacional, que não hesitou em reprovar tais atos.

Em 12 de agosto de 2006, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a resolução 1701, solicitando um cessar-fogo imediato e estabelecendo uma área de segurança; compreendida, ao Sul, pela *blue line*⁴⁵ e, ao Norte pelo rio Litani (FIG. 1); na qual somente militares pertencentes à Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e ao governo libanês poderiam portar armamentos ou equipamentos militares (UNITED NATIONS, 2012).

5.3 As percepções acerca da Guerra de Julho

Com o fim do conflito, a ideia que prevaleceu, de acordo com Visacro (2009), foi a de que Israel não foi capaz de derrotar o grupo libanês, pois este manteve o seu sistema de comando e controle⁴⁶ preservado, embora tenha lhe causado sérios danos em sua infraestrutura de apoio. Outro ponto que mereceu destaque, consistiu no fato de que a

⁴⁵ Estabelecida, no ano de 2000, para consumir a retirada total das tropas de Israel do Líbano (UNITED NATIONS, 2012).

⁴⁶ Conjunto de instalações, equipamentos, comunicações, doutrina, procedimentos e pessoal essenciais para o comandante planejar, dirigir e controlar as ações de sua organização para que se atinja uma determinada finalidade (BRASIL, 2015).

população israelense sofreu com os danos colaterais⁴⁷ provocados pelos bombardeios promovidos pelo Hezbollah, os quais, conforme ilustra Samaan (2015), geraram uma sensação de insegurança e de vulnerabilidade entre os habitantes de Israel. Portanto, nesse momento, o governo de Telavive passava a conhecer melhor seu inimigo e a perceber as suas potencialidades que, definitivamente, não poderiam ser negligenciadas. Concordando com Visacro (2009), o General Hanna foi mais contundente ao afirmar:

Sem contar com informação precisa, a qual somente o tempo vai dizer, podemos concluir que Israel administrou a guerra de uma forma incompetente. Israel teve significantes problemas logísticos; sua convocação de reservistas foi caótica; seu governo continuamente hesitou em especificar as metas da campanha terrestre e fez um mau trabalho em conectar o plano de ação com as metas políticas; sua inteligência sobre as áreas adjacentes à Linha Azul (a fronteira entre Israel e Líbano) era inadequada; e falhou em fazer substituições necessárias no Comando Norte, especialmente durante o curso das operações militares; etc. Em geral, a natureza e extensão dos problemas que Israel encontrou sugerem que não estava se preparando para uma guerra terrestre do tamanho da que se travou no Líbano (HANNA, 2008, p.43).

Tais considerações justificam-se na medida em que os israelenses estavam habituados a colher êxitos nos enfrentamentos armados, em especial contra os árabes, pois detinham tecnologia, utilizavam-se da supremacia aérea e de sua elevada mobilidade. Isso derivou da cultura fomentada por David Ben Gurion, praticada em todas as guerras árabes-israelenses, na qual se baseava em um conjugado dos preceitos de Clausewitz⁴⁸ e de Liddell Hart⁴⁹. Pelo primeiro, buscariam a aniquilação do inimigo; enquanto que, pelo segundo, a adoção de uma estratégia de ação indireta⁵⁰ seria o outro aspecto a ser respeitado. Dessa forma, o subproduto desse arranjo seria uma estratégia calcada na superioridade aérea, poder

⁴⁷ Dano ou perda causada de maneira fortuita durante um ataque, apesar de todas as precauções terem sido tomadas a fim de evitar perdas de vidas humanas na população civil, ferimentos nos civis ou danos em bens de caráter civil (BRASIL, 2011)

⁴⁸ Atualmente, o mais conhecido de todos os pensadores militares, tendo *Vom Kriege* como a sua maior obra (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

⁴⁹ Teórico estrategista britânico (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

⁵⁰ A Estratégia de ação indireta, assim exposta, procura tirar o máximo proveito da mobilidade, da velocidade e da surpresa oferecidas pela tecnologia militar moderna para desequilibrar a estrutura do dispositivo inimigo (MATTOS, 2013).

de fogo bem superior ao inimigo e manobra (HANNA, 2008). Portanto, o governo israelense entendia ser esse o caminho para o atingimento do sucesso em sua campanha militar contra o Hezbollah.

Entretanto, o Partido de Deus foi perspicaz ao explorar o fator surpresa, pois ele já havia mapeado o *modus operandi* de seu inimigo, suas vulnerabilidades e aspectos de força, baseando-se nas lições aprendidas das guerras em que Israel havia se envolvido (HANNA, 2008). Outro fato que surpreendeu os israelenses foi o lançamento, pelo Hezbollah, de um míssil guiado C-802 Noor, de fabricação iraniana, contra o navio Hanit da Marinha de Israel. Naquela ocasião, o meio naval foi posto fora de combate, sendo que quatro de seus tripulantes foram mortos (NORTON, 2014). Dessa forma, Israel foi se dando conta de que o grupo libanês havia adquirido uma nova forma de enfrentá-lo, assim como o seu poder bélico já era capaz de lhe causar danos substanciais. Diante desse cenário, o governo de Telavive empenhou-se no desenvolvimento do seu escudo de defesa denominado *iron dome* (FIG. 2), no intuito de prover a proteção de seu território contra aquela ameaça em potencial.

O General Hanna (2008) acrescenta que Israel não alcançou a sua meta de destruir o partido libanês, conferindo a este uma posição vitoriosa nesse conflito, o que chamou a atenção de muitos libaneses cristãos e sunitas que, inicialmente, foram contrários às ações do Hezbollah, haja vista a resposta desproporcional de Israel, que afetou diretamente a população libanesa. Os reflexos dessa vitória também fizeram os líderes do Egito, Arábia Saudita e da Jordânia reconhecerem o feito de Hassan Nasrallah, que, a partir dali, tornara-se uma figura icônica no mundo árabe (BYMAN, 2011).

5.4 Considerações parciais

Dessa vez, diferentemente quando da Operação “Paz para a Galileia”, abordada no capítulo anterior, Israel deparou-se com um *Hizb Allah* fortalecido, amadurecido e dotado

de um poder de fogo capaz de estremecer o moral e a confiança da população israelense, graças às atuações sinérgicas do Irã e da Síria a seu favor. Além de sua resiliência, o aspecto surpresa constituiu-se como um fator crítico de sucesso para o grupo libanês que pôde desenvolver suas ações de combate de forma antecipada, uma vez que esta tinha sido a postura adotada pelo país de Telavive até então.

No que se diz respeito a vencedores e derrotados, definitivamente, Israel amargou o pior resultado, tendo em vista que o seu objetivo principal – a pulverização do Partido de Deus – não foi alcançado. Em contrapartida, Hassan Nasrallah e seus seguidores destacaram-se por um feito nunca antes alcançado por um país árabe e, por sua vez, chamaram a atenção da comunidade árabe, especialmente por se tratarem de um ente não estatal que havia logrado êxito em breçar um Estado habituado a alcançar resultados positivos nos seus enfrentamentos com os árabes.

6 A GUERRA CIVIL NA SÍRIA

O Irã tem plena ciência de que a sua influência sobre o Oriente Médio necessita de uma Síria aliada e estabilizada. Como vimos no capítulo anterior, este último país serviu como rota escoadora dos armamentos e dos suprimentos remetidos pelo estado iraniano e que tinham como destinatário o Partido de Deus. Tal fato contribuiu para que o Hezbollah pudesse fazer frente ao Estado de Israel, no conflito armado de 2006, e, portanto, conter a influência judaica sobre o Líbano.

Neste capítulo, abordaremos a guerra civil na síria, ainda em curso, analisando, primeiramente, as circunstâncias iniciais desse conflito. Posteriormente, trataremos dos engajamentos do Hezbollah a favor do governo sírio. Em terceiro lugar, abordaremos o surgimento do grupo Estado Islâmico em meio ao caos no país de Damasco. Em seguida, analisaremos as influências exercidas pela situação conflituosa nas interações entre Israel e o Hezbollah e, finalmente, teceremos nossos comentários parciais.

6.1 O início do conflito

No ano de 2011, a chegada da Primavera Árabe ao país de Damasco trouxe consigo uma onda de protestos⁵¹ que poderiam vir a ameaçar os mais de quarenta anos de permanência da família al-Assad no poder pois, de acordo com as considerações de Ospina e Gray (2014), a grande massa sunita clamava por mais direitos, liberdade política e pelo fim da corrupção. Dessa forma, essas exigências tomaram a forma de protestos, que foram se intensificando em número e em frequência, até que a cidade síria de Homs testemunhou atos de violência desproporcionais, por parte das forças do governo que, ao tentarem conter um

⁵¹ Desencadeados pela prisão de três crianças que se encontravam, em 06 de março de 2011, realizando pichações em parede com dizeres contrários ao regime de Assad. Durante o período em que estiveram encarcerados, eles foram torturados e molestados fisicamente, o que gerou a indignação da grande massa populacional sunita (OSPINA e GRAY, 2014).

grupo de manifestantes, acabaram assassinando centenas desses opositores. Então, a partir desse momento, a guerra civil na Síria eclodiu, haja vista a formação de uma forte frente de oposição ao regime de Bashar al-Assad⁵² representada, basicamente, pelo Conselho Nacional⁵³ Sírio e pelo Exército Sírio Livre (ESL). Este último, segundo Visentini (2014), teve a sua gênese na deserção de militares, antes pertencentes ao Exército Sírio, que se juntaram a uma militância civil armada, acabando por se tornar a parcela militar da oposição.

Nesse conflito, os atores regionais tiveram um papel relevante ao apoiarem lados opostos, de acordo com seus interesses. Opondo-se ao regime vigente, a Arábia Saudita e o Catar, na condição de monarquias sunitas contrárias ao Irã, exerceram a sua influência fornecendo dinheiro e material bélico aos rebeldes, o que representou um incremento significativo ao poder militar do ESL. Apoiando o governo sírio, o país de Teerã, tendo a Síria como elo fundamental na sua manobra de propagação de sua influência, não hesitou em ajudar militarmente o governo de Damasco, além de influenciar o envolvimento do Hezbollah nesse conflito (VISENTINI, 2014).

6.2 A participação do Hezbollah

Com o passar dos tempos, os disparos realizados na Síria logo seriam percebidos e sentidos em território libanês, o que foi logo colocando o país dos cedros em estado de alerta, uma vez que seria totalmente indesejável que o conflito de seu país vizinho transbordasse para dentro de suas fronteiras. Dessa forma, Visentini (2014) explica, que de forma preventiva e já se antevendo a intenções hostis por parte dos grupos rebeldes sírios, bem como a ataques contra cidades libanesas habitadas por apoiadores do Hezbollah, Hassan Nasrallah, Secretário-Geral do partido, decidiu, em maio de 2013, adentrar ao conflito, com a

⁵² Filho do antigo presidente Hafiz al-Assad, tendo assumido a presidência da Síria no ano de 2000 (VISENTINI, 2014).

⁵³ Formou-se como uma coalizão de diversos grupos que se opunham a Bashar al-Assad, desejando, portanto a queda do seu governo, de forma legal e sem intervenções militares externas (VISENTINI, 2014).

intenção de salvaguardar a soberania e a população libanesa, pois o próprio governo do seu país tinha dificuldades em fazê-lo.

Dada a sua aliança com a Síria, o Partido de Deus engajou-se nos combates, em apoio às tropas do governo de Damasco, tendo, em junho de 2013, contribuído para a reconquista da cidade síria de Qusayr, que se encontrava sob o domínio dos rebeldes (VISENTINI, 2014). Segundo uma reportagem do jornal Al Jazeera⁵⁴, a cidade de Quasyr é considerada estratégica, uma vez que se situa em uma rodovia que liga a capital da Síria à costa libanesa no Mar Mediterrâneo. Ou seja, o domínio dessa rota pelos rebeldes interferiu momentaneamente no fluxo logístico do eixo Irã-Síria-Hezbollah, o que, definitivamente, poderia comprometer o recebimento dos suprimentos bélicos destinados ao grupo libanês.

6.3 O advento do grupo Estado Islâmico no conflito sírio

A situação conflituosa na Síria despertou os interesses do grupo terrorista sunita Estado Islâmico. Napoleoni (2016) lembra que, em 2011, al-Baghdadi, o então líder desse grupo, enviou observadores para o país de Damasco que puderam verificar e, conseqüentemente, constatar que aquele cenário poderia proporcionar oportunidades com vistas ao crescimento de sua facção.

Da mesma forma que o Hezbollah, o EI alcançou um elevado poderio militar graças a financiamentos obtidos, a partir de 2010, juntamente às monarquias sunitas do Catar, do Kuwait e da Arábia Saudita. A partir dali al-Baghdadi foi avançando pelo território sírio e conquistando posições importantes no país de Damasco. Sua estratégia consistiu em combater os diversos grupos rebeldes e, após derrotá-los, tomar posse de suas instalações e materiais de guerra. Além do mais, o EI se apoderou de regiões estratégicas ao Leste da Síria abundantes em petróleo, o que lhe conferiu condições de financiar seus planos ambiciosos

⁵⁴ <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2013/05/2013529105510937115.html>.

(NAPOLEONI, 2016). Dessa forma, esse grupo terrorista já representava uma ameaça vigorosa à estabilidade do governo sírio e, conseqüentemente, aos interesses do Irã e do seu aliado Hezbollah.

A entrada do Hezbollah no conflito sírio gerou uma onda de retaliações, por parte do EI, visando atingir bairros e localidades no Líbano que tinham alguma ligação, ou com o grupo libanês, ou com o governo iraniano. Como exemplo, tem-se o atentado a bomba perpetrado contra a embaixada iraniana em Beirute⁵⁵, em novembro de 2013, ocasião em que vinte e duas pessoas foram mortas e mais de cento e quarenta se feriram. Um mês depois, outro ato foi praticado contra o vilarejo libanês de Sbouba⁵⁶ - reduto do Hezbollah, na região de Baalbek, situada a Leste do Líbano, ferindo dez pessoas. A partir de então, conforme demonstrado pela *Global Terrorism Database*⁵⁷, percebeu-se que a adesão do grupo xiita libanês na guerra civil da Síria, em 2013, contribuiu para uma escalada no número de incidentes sob a responsabilidade do Estado Islâmico (GRAF. 1), bem como por outros grupos rebeldes sunitas contra seu pessoal e patrimônio.

6.4 As influências do conflito sírio nos embates entre Israel e o Hezbollah

Segundo o jornal eletrônico *Daily Star*, desde o fim da Guerra de Julho, tanto o Partido de Deus quanto Israel têm adotado uma posição de dissuasão mútua, evitando grandes enfrentamentos e, portanto, mantendo uma relativa paz ao longo de suas adjacências territoriais. Contudo, esse aparente estado de equilíbrio tem sido violado por incidentes pontuais que, por sua vez, não foram capazes de deflagrar combates de maiores proporções, como os ocorridos na Segunda Guerra do Líbano em 2006. Dentre os principais

⁵⁵<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-24997876>.

⁵⁶<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2013/12/suicide-blast-hits-hezbollah-area-lebanon-201312176519884722.html>.

⁵⁷https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?page=1&casualties_type=b&casualties_max=&start_yearonly=2011&end_yearonly=2014&ctp2=all&country=110&charttype=line&chart=overtime&ob=GTDID&od=des c&expanded=yes#results-table.

acontecimentos, esse veículo de comunicação destaca ações de espionagem promovidas por ambas as partes, bem como bombardeios realizados por Israel contra comboios rodoviários partindo da Síria com destino ao Líbano, supostamente transportando materiais bélicos endereçados ao Hezbollah. Em concordância com este último fato, Barnard e Schmitt (2014) relatam que, em meio à guerra civil da Síria, o Hezbollah tem transportado mísseis de longo alcance *Scud D*, a partir de armazéns localizados em território sírio, para dentro do país dos cedros. Dessa forma, constata-se um esforço por parte do Partido de Deus que, segundo Samaan (2015), busca ampliar a sua capacidade bélica, por meio da aquisição de foguetes com um alcance maior do que os utilizados no conflito de 2006, equipados com sistema de navegação inercial e com um poder de destruição ampliado. Ele acrescenta que esses e outros itens de combate, oriundos do Irã, deram entrada no Líbano por meio de corredores logísticos estabelecidos ao longo da Síria. Dessa forma, o *Hizb Allah* incrementava, exponencialmente, a sua capacidade de oferecer danos ao seu aqui-inimigo.

O Partido de Deus, desde a década passada conseguiu aumentar o seu arsenal de quinze mil para cem mil foguetes dentre os quais incluem-se mísseis com alcance em torno de trezentos quilômetros, conferindo-lhe uma capacidade de atingir o território de Israel em sua totalidade (FIG. 3) (DICKSTEIN, 2017). Samaan (2015) comenta que os israelenses identificaram que todo esse material se encontrava distribuído ao longo do território libanês, diferentemente do ocorrido no ano de 2006, quando os itens de combate se concentraram na região Sul do Líbano, próximo à fronteira dos dois países. Dessa forma, os israelenses puderam depreender que, para ataca-los, não seria mais necessário ao Hezbollah posicionar-se na divisa entre o Líbano e seu país, como outrora, uma vez que o alcance do seu armamento atual dispensara tal requisito. Cabe ressaltar que os soldados do Hezbollah, em que pese as consideráveis perdas de pessoal nos combates do conflito sírio, adquiriram experiência, principalmente, quanto à operação de equipamentos de alta tecnologia.

Em 23 de junho de 2017, por ocasião de um colóquio, realizado na Escola de Guerra Naval, o Vice Chefe da UNIFIL, Sr. Imran Riza, proferiu uma palestra⁵⁸ acerca dessa missão de paz, ocasião em que tivemos a oportunidade de indaga-lo sobre a pertinência, ou não, de se afirmar que a aparição do EI, na guerra civil da Síria, alterou a forma como Israel e o Hezbollah têm se relacionado, uma vez que, estaria o Hezbollah preocupado em proteger o Líbano na sua porção Leste e, portanto, sem interesse em abrir uma outra frente de combate ao Sul do Líbano contra Israel? E neste caso, com uma possível aniquilação do EI no futuro, as tensões ao Sul do Líbano poderão retornar? O Sr. Imran Riza respondeu-nos que concordava com a nossa opinião quanto ao fato de ter havido uma mudança no comportamento dos dois protagonistas, embora ele também tenha mencionado que o Hezbollah se engajou em questões políticas no Líbano, haja vista a sua representatividade junto ao Parlamento daquele país. Com relação a um possível enfrentamento futuro entre Israel e o Partido de Deus, dada a uma derrota do EI, o conferencista ressaltou que houve um incremento considerável no poder de fogo do grupo libanês, o que certamente conduziria ambos a um enfrentamento militar com consequências devastadoras, bem como o mesmo se estenderia para dentro do território israelense, diferentemente do ocorrido em 2006, quando ele se deu em solo libanês. Finalmente, o Sr. Imran Riza ressaltou que o Hezbollah já se encontra lutando a um longo período na guerra da Síria, tendo sofrido muitas baixas e, portanto, na sua opinião, ele não vislumbra que esse grupo pretenda envolver-se em um novo conflito.

⁵⁸ Dirigido aos Oficiais-Alunos do Curso de Política e Estratégia Marítima e do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, cujo tema versou sobre “A UNIFIL e o Contexto Político Presente do Líbano”.

6.5 Considerações Parciais

O apoio militar prestado pelo Hezbollah ao governo sírio, como pudemos constatar, é de vital importância para a sobrevivência do eixo que congrega, além desse grupo, o Irã e a Síria. De fato, uma eventual queda do governo do país de Damasco representará uma ruptura nessa rede construída a partir da guerra civil libanesa. Diante disso, o Irã, como força regional, confere meios e fundos ao partido de Deus, de forma que este possa atuar ao lado do exército sírio, a fim de contrapor às forças resistentes àquele regime, em especial, o grupo terrorista Estado Islâmico, que surgiu nesse cenário como elemento capaz de alterar a configuração dos poderes vigentes em favor das monarquias árabes sunitas, bem como, em proveito do Estado de Israel.

Simultaneamente a sua atuação na Síria, o Hezbollah tem se abastecido de armamentos e de suprimentos bélicos para não somente fazer frente às ameaças dentro do território sírio, mas também, dissuadir seu inimigo de Telavive. Atentos a essa escalada bélica, os israelenses perceberam que o partido de Deus adquiriu uma perigosa capacidade de atingir o seu território e a sua população, além de ter tido a oportunidade de aperfeiçoar suas técnicas de combate por meio do acesso a equipamentos militares de tecnologia avançada. Dessa forma, Israel entende que um próximo enfrentamento com seu inimigo não-estatal poderá trazer resultados bem mais desfavoráveis do que os decorrentes do último conflito em 2006, sem mencionar os danos colaterais que poderão aterrorizar os seus habitantes.

Portanto, concluímos que a guerra civil na Síria teve um duplo propósito ao grupo libanês. Em primeiro lugar, ele envolveu-se na defesa de uma causa que mexe com a sua sustentabilidade. Por último, com o apoio de seus aliados, o Hezbollah usou a névoa do combate para prosseguir com o seu plano de tornar-se um grupo capaz de fazer Israel pensar duas vezes antes de repetir o seu feito de 2006.

7 CONCLUSÃO

Neste trabalho buscamos analisar as relações conflituosas entre o Estado de Israel e o grupo libanês Hezbollah, entre os anos de 2006 e 2015, perante as interferências exercidas pela entrada do grupo terrorista Estado Islâmico na guerra civil da Síria, a partir de 2013. Os estudos dos argumentos expostos foram conduzidos na direção de clarificar se Israel e o Hezbollah, a luz da Teoria Realista e do Dilema da Segurança das RI, alteraram suas posturas belicosas por conta do ingresso daquele grupo terrorista no conflito sírio.

A estratégia engendrada para atingir o propósito baseou-se na aplicação da Teoria Realista das Relações Internacionais com ênfase no Dilema da Segurança e em uma das sete premissas dessa Teoria que caracteriza a guerra como instrumento no domínio da política para maximizar as estratégias nacionais de segurança e de sobrevivência.

Inicialmente, além de nos apoiarmos na premissa da Teoria das RI, realizamos uma síntese do Dilema da Segurança, que estimula grupos ou indivíduos coexistindo em um sistema internacional a se preocuparem com a sua proteção, a partir do momento em que eles percebem que podem ser atacados, subjugados, dominados ou exterminados por outros indivíduos ou grupos e, portanto, vão em busca de poder.

No terceiro capítulo, demonstramos que as circunstâncias que envolveram o surgimento do Estado de Israel foram relevantes ao desenvolvimento deste trabalho devido aos seus reflexos na estabilidade interna do Líbano e nos interesses dos atores regionais envolvidos. Durante o processo de materialização desse Estado, os sionistas já executavam o seu plano de expansão territorial por meio de ações de violência perpetradas por suas milícias instituídas, contra as comunidades árabes locais e com o propósito de sua defesa e proteção, atendendo, portanto, à premissa da Teoria Realista de utilização da guerra como forma de garantir a sua sobrevivência. Como resultado, grandes contingentes de árabes palestinos se deslocaram, principalmente, em direção ao Líbano e à Jordânia contribuindo, em um curto

espaço de tempo, para a geração de uma atmosfera favorável ao desenvolvimento do Hezbollah.

No capítulo quatro, pudemos observar que o surgimento do Hezbollah representou para o Irã e para a Síria uma oportunidade para o exercício de suas influências sobre o Líbano, de modo a bloquear a atuação de Israel sobre o país de Beirute. Nesse caso, constatamos que o Dilema da Segurança se fez presente na medida em que o Irã optou por patrocinar o grupo libanês, fornecendo-lhe preparo militar e condições favoráveis ao aumento do seu poder de combate. Em decorrência, conforme o exposto nesse capítulo, o grupo libanês conseguiu equilibrar seus poderes com os de seu Estado inimigo a ponto de este, no ano 2000, retirar-se totalmente do Líbano, após decorridos cerca de dezoito anos de ocupação israelense.

No quinto capítulo, demonstramos que a sinergia entre o Irã, a Síria e Hezbollah foi responsável por transferir ao grupo libanês uma capacidade elevada de combate, permitindo-lhe, na guerra do Líbano de 2006, tomar a iniciativa das ações nesse conflito, o que lhe conferiu, ao final, o *status* de vencedor frente às FDI. Constatamos aqui que o Hezbollah passou a visualizar a aplicação da premissa da Teoria Realista de utilização da guerra como forma de garantir a sua sobrevivência.

No sexto capítulo, visualizamos que, em meio aos desentendimentos entre o eixo Irã – Síria – Hezbollah e o Estado de Israel, o grupo terrorista EI surgiu como uma ameaça aos planos da coligação, na medida em que as suas ações concorriam para a derrubada do regime sírio. Dessa forma, o Irã buscou no Hezbollah o recurso militar capaz de barrar o avanço do EI, que contava com o apoio das monarquias árabes sunitas. Com respeito às interações entre o Hezbollah e Israel, desde 2006, não ocorreu outro enfrentamento de grande vulto, o que nos faz inferir que o conflito sírio em nada interferiu no relacionamento desses dois atores.

Todas as conclusões parciais apontadas elucidam os aspectos relevantes do problema, cabendo, então, combiná-las a fim de obtermos uma ilação mais consubstanciada que responda aos questionamentos desta pesquisa.

De maneira fundamentada, podemos concluir que o Estado de Israel e o Hezbollah, à luz do Dilema da Segurança da Teoria Realista das RI, não alteraram suas posturas belicosas por conta do ingresso daquele grupo terrorista no conflito sírio. Contudo, aduzimos que os dois protagonistas se encontram em um momento de mútua dissuasão, em que ambos estão buscando aumentar o seu poder militar pois, ao que parece, eles encontram-se totalmente inseridos no círculo vicioso de busca de poder proposto pelo Dilema da Segurança.

Dessa maneira, espera-se que o trabalho possa contribuir para um entendimento da problemática que aflige judeus e árabes, pois as convulsões decorrentes de seus enfrentamentos geram reflexos no restante do mundo.

Por fim, sugere-se, como futura linha de pesquisa uma análise dos fatores que podem vir a neutralizar ou minimizar os efeitos do Dilema da Segurança sobre as interações entre o Hezbollah e o Estado de Israel.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus: O fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo.** São Paulo: Schwarcz LTDA, 2009. 584p.

AZANI, Eitan. **Hezbollah: The Story of the Party of God from revolution to institutionalization.** New York: Palgrave Macmillan, 2011. 319p.

BARNARD, Anne; SCHMITT, Eric. **Hezbollah moving long-range missiles from Syria to Lebanon: an analyst says.** The New York Times. New York, 02 jan. 2014. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2014/01/03/world/middleeast/hezbollah-is-said-to-transfer-missiles.html>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

BÍBLIA SAGRADA. A. T. **Gênesis.** São Paulo: Impres, 1967.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do século XX.** 2. ed. São Paulo: Fundamento Educacional, 2011. 307p.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD-34-M-03: Manual de emprego do Direito Internacional dos conflitos armados nas Forças Armadas.** 2011. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md34_m_03_dica_1aed2011.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Ministério da Defesa. **MD-35-G-01: Glossário das Forças Armadas.** 5. ed. Brasília. 2015. 288p. Disponível em:<http://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35_g_01_glossario_das_forcas_armadas_5_ed_2015.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BYMAN, Daniel. **A high price: The triumphs and failures of Israeli counterterrorism.** New York: Oxford University Press, 2011. 464p.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais.** Brasília: FUNAG, 2012. 580p.

CHURCHILL, Randolph S.; CHURCHILL, Winston S. **Seis dias de uma Guerra milenar.** Rio de Janeiro: Ediex Gráfica e Editora LTDA, 1968. 272p.

COLÓQUIO SOBRE A UNIFIL E O CONTEXTO HISTÓRICO E GEOPOLÍTICO DA REGIÃO DO LÍBANO, 2017, Rio de Janeiro. **A UNIFIL e o Contexto Político Presente do Líbano.**

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de Estratégia**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.

DAHER, Joseph. **Hezbollah: The political economy of the party of God**. London: Pluto Press, 2016. 288p.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 428p.

DICKSTEIN, Edyt. **Is Israel deterring Hezbollah?** Harvard International Review. [S.l.], 09 abr. 2017. Disponível em: <<http://hir.harvard.edu/article/?a=14513>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

FRANÇA, Júnia L.; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255p.

GATTAZ, André Castanheira. **A guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à nova Intifada**. São Paulo: Usina do Livro, 2002. 240p.

GLOBAL TERRORISM DATABASE. **Ocorrência de incidentes terroristas no Líbano entre 2011 e 2014**. Disponível em: <<https://www.start.umd.edu/gtd/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

HANNA, Elias. **Lições aprendidas na recente Guerra no Líbano**. Military Review, [S.l.], p. 40-48, Janeiro-Fevereiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/MRjanfeb08.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

HECHT, Emmanuel; SERVENT, Pierre. **O Século de sangue: 1914 – 2014 – As vinte guerras que mudaram o mundo**. São Paulo: Contexto, 2015. 288p.

HERZ, John H. **Idealist Internationalism and the Security Dilemma**. *World Politics*, vol. 2, n. 2, p. 157-180. 1950.

ISRAEL. **7 years later: Hezbollah has developed capabilities to strike anywhere in Israel**. Jerusalém: Israel Defense Forces, 2013. Disponível em: <<https://www.idfblog.com/hezbollah/2013/07/11/7-years-later-hezbollah-has-developed-capabilities-to-strike-anywhere-in-israel/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

_____. **Behind the Headlines: The second Lebanon War – Three years later**. Jerusalém: Ministry of Foreign Affairs, 2009. Disponível em:

<<http://mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/Terrorism/Hizbullah/Pages/The-Second-Lebanon-War-Three-years-later-12-Jul-2009.aspx>>. Acesso em: 16 jul 2017.

_____. **Herzl and Zionism**. Jerusalém: Ministry of Foreign Affairs, 2004. Disponível em: <http://mfa.gov.il/MFA_Graphics/MFA%20Gallery/Documents/Herzl-Zionism.pdf>. Acesso em: 24 jun 2017.

_____. **History: Biblical times**. Jerusalem: Ministry of Foreign Affairs, 2013. Disponível em: <<http://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/History/Pages/HISTORY-%20Biblical%20Times.aspx>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

_____. **The Balfour Declaration**. Jerusalem: Ministry of Foreign Affairs, 1917. Disponível em: <<http://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/guide/pages/the%20balfour%20declaration.aspx>>. Acesso em: 18 jun 2017.

Israel's Iron Dome missile shield. BBC. London, 18 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-20385306>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

LEBANON suicide blasts hit Iran's embassy in Beirut. BBC. London, 19 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-24997876>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

LEBANON. **The Lebanese Constitution**. Presidency of the Republic of Lebanon. Beirut: 1926. Disponível em: <<http://www.presidency.gov.lb/English/LebaneseSystem/Documents/Lebanese%20Constitution.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

MACHIAVELLI, Nicollò. **O príncipe**. Tradução de Maurício Santana Dias et al. São Paulo: Penguin Classics Companhia das letras, 2010. 176p.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2015. 477p.

MATTOS, Carlos de M. **Política e Estratégia**. Cadernos de Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro. n° 12, 2013. Disponível em: <http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Cadernos/CEE-012.pdf>. Acesso em 23 jul. 2017. p. 102-118.

MONTEFIORE, Simon S. **Jerusalém: A biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 832p.

MORGENTHAU, Hans J. Morgenthau. **A política entre as nações: A luta pelo poder e pela paz.** 6. ed. São Paulo: UNB, 2003. 1093p.

NAPOLEONI, Loretta. **A Fênix Islamista: O Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 154p.

NORTON, Augustus Richard. **Hezbollah: A short history.** 5. ed. Woodstock: Princeton University, 2014. 205p.

PECEQUILO, Cristina S. **Política Internacional.** 2. ed. Brasília: FUNAG, 2012. 354p.

POSEN, Barry. **The security dilemma and ethnic conflict.** *Survival*, v. 35, n. 1, p 27-47, 1993.

O'CONNELL, Robert L. **Of Arms and Men: A History of War, Weapons and Aggression.** New York: Oxford University Press, 1985.

OSPINA, Mariano V.; GRAY, David H. **Syria, Iran and Hizballah: A strategic alliance.** *Global Security Studies, Buies Creek*, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://globalsecuritystudies.com/Ospina%20Alliance%20-%20AG.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

SALOMÃO, Wiliander F. **Os conflitos entre palestinos e israelenses: a trajetória dos fatos históricos e o Direito Internacional.** Belo Horizonte: D'Plácido, 2014. 300p.

SAMAAN, Jean-Loup. **From war to deterrence? The Israeli-Hezbollah conflict since 2006.** [S.l.]: Didact Press, 2015.

SAND, Shlomo. **A invenção da terra de Israel: da Terra Santa à Terra Pátria.** 1. ed. São Paulo: Benvirá, 2014. 370p.

SCALERCIO, Márcio. **Oriente Médio: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver.** Rio de Janeiro: Campus, 2003. 301p.

SHEMER, Ze'Ev. **Israel and the Palestinian nightmare.** 3. ed. [S.l.]:IUniverse, 2010. 244p.

SNYDER, Glenn H. **The Security Dilemma in Alliance Politics.** Vol. 36, nº 4, jul. 1984. Cambridge University Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2010183>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

SYRIA and Hezbollah bolster forces in Qusayr. AlJazeera. Qatar, 29 maio 2013. Disponível em <<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2013/05/2013529105510937115.html>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

TIMELINE: Hezbollah-Israel conflict since 2006 war. The Daily Star Lebanon. Beirut, 28 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.dailystar.com.lb/News/Lebanon-News/2015/Jan-28/285614-timeline-hezbollah-israel-conflict-since-2006-war.ashx>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

TOSTA, Octavio. **Teorias geopolíticas.** 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 103p.

UNITED NATIONS. **Mr. Blue Barrel explains the blue line,** 2012. Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/mr-blue-barrel-explains-blue-line>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

_____. **Resolution 181/1947,** 1947. Disponível em: <[http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/A%20RES%20181%20\(II\).pdf](http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/A%20RES%20181%20(II).pdf)>. Acesso em: 03 ago. 2017.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009. 368p.

VISENTINI, Paulo. **O grande Oriente Médio:** da descolonização à primavera árabe. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 336p.

ANEXO A

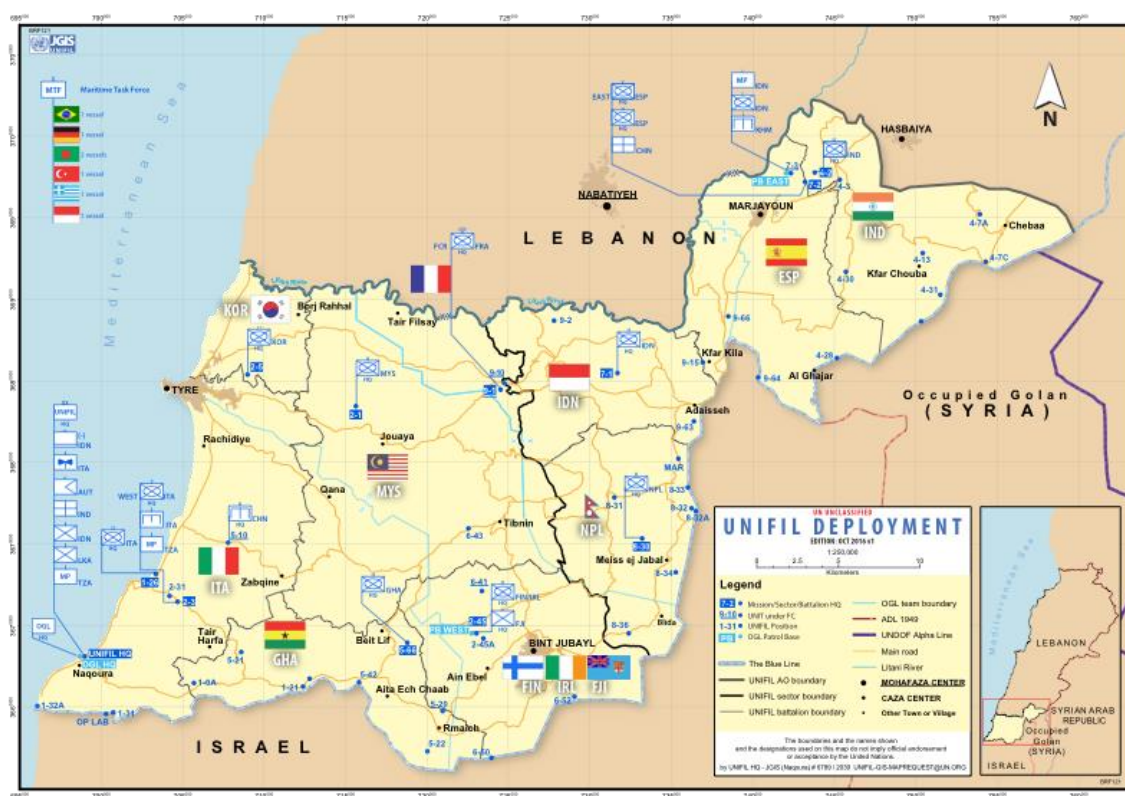


FIGURA 1 – Demarcação da *blue line* na Área de Operações da UNIFIL

Fonte: *United Nations Interim Force in Lebanon*. Disponível em:

<https://unifil.unmissions.org/sites/default/files/deployment_map_oct_2016.pdf>.

Acesso em: 02 ago. 2017.

ANEXO B

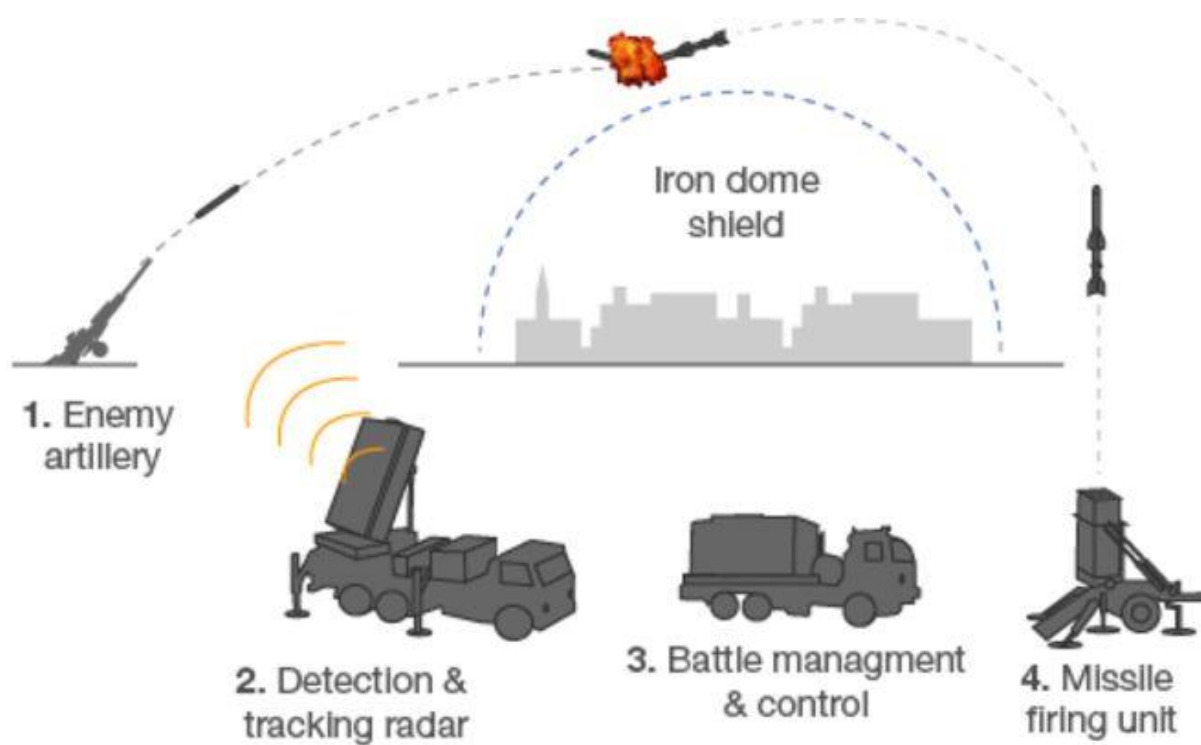


FIGURA 2 – Escudo israelense de defesa “Iron Dome”

Fonte: BBC News. Disponível em:

<<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-20385306>>.

Acesso em: 22 nov. 2017.

ANEXO C

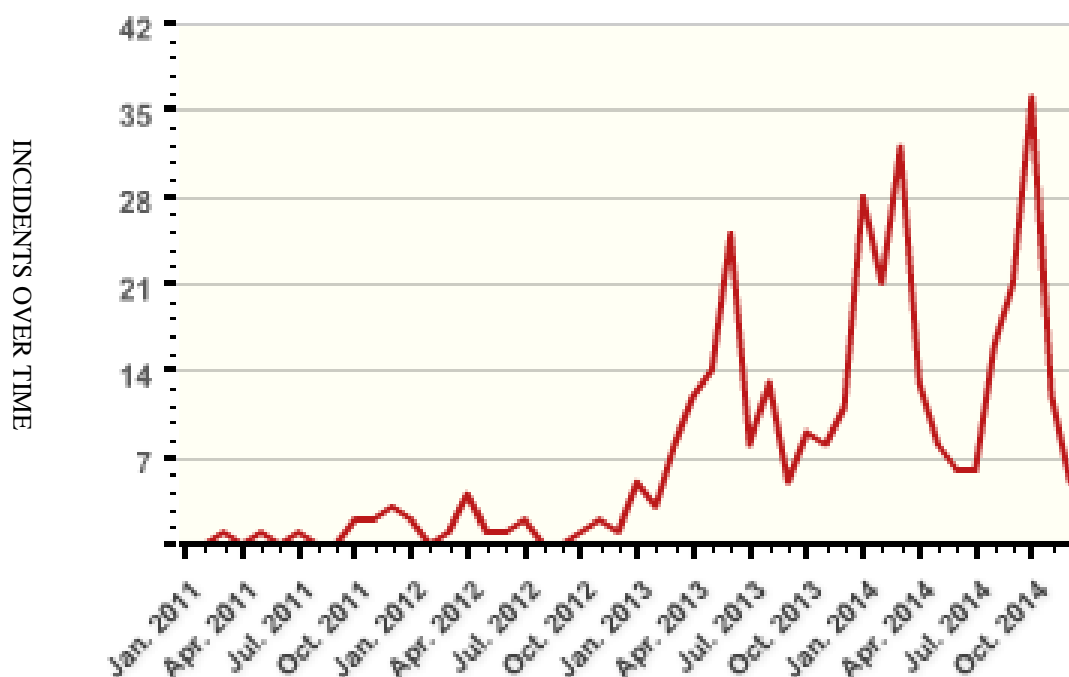


GRÁFICO 1 – Ocorrência de incidentes terroristas no Líbano entre 2011 e 2014

Fonte: Global Terrorism Database. Disponível em:

https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?page=1&casualties_type=b&casualties_max=&start_yearonly=2011&end_yearonly=2014&ctp2=all&country=110&charttype=line&chart=overtime&ob=GTDID&od=desc&expanded=yes#results-table.

Acesso em: 02 ago. 2017.

ANEXO D



FIGURA 3 – Alcance dos mísseis do Hezbollah

Fonte: Israel Defense Forces. Disponível em:

<<https://www.idfblog.com/hezbollah/2013/07/11/7-years-later-hezbollah-has-developed-capabilities-to-strike-anywhere-in-israel/>>.

Acesso em: 21 nov. 2017.